MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direção-Geral do Tesouro e Finanças

BOLETIM INFORMATIVO SOBRE O SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

4.º Trimestre 2014

15 de abril de 2015

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO ---------- 3

2. ENQUADRAMENTO ---------- 4

3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO SEE ---------- 5

3.1. Análise dos Resultados ---------- 5
3.2. Análise Patrimonial ---------- 14
3.3. Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro ---------- 18
3.4. Responsabilidades Contingentes ---------- 22

4. PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES ---------- 24

5. PAGAMENTOS EM ATRASO (ARREARS) ---------- 25

6. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO ---------- 28

ANEXOS ---------- 31

A – UNIVERSO SEE ANALISADO ---------- 32
B – ANÁLISE DOS RESULTADOS ---------- 33
C – ANÁLISE PATRIMONIAL ---------- 39
D – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES ---------- 41
E – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO SEE ---------- 42

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O presente boletim informativo apresenta uma visão geral sobre a evolução da situação económico-financeira e patrimonial do Setor Empresarial do Estado (SEE), excluindo as empresas financeiras, ou seja incide sobre o universo das Empresas Públicas Não Financeiras (EPNF).

No 4.º trimestre de 2014 destacam-se os seguintes aspetos:

- O volume de negócios do SEE apresenta, em termos homólogos, uma diminuição de 70,0 M€ (-0,7%), atingindo 9.392,5 M€;
- Os gastos operacionais mantiveram-se em valores semelhantes aos verificados no 4º trimestre de 2013, crescendo 0,1% para um total de 9.114,3 M€, em resultado da redução verificada no CMVMC de -126,0 M€ (-6,1%) e nos gastos com pessoal de -17,5 M€ (-0,5%), por contraposição ao aumento dos FSE de 146,6 M€ (+4,5%);
- O SEE mantém um EBITDA positivo de 614,7 M€, ainda que inferior ao do período homólogo, já que em 2013 beneficiou das receitas das privatizações ocorridas.

A partir de setembro de 2014, foi adotada a nova lista do Setor Institucional das Administrações Públicas publicada pelo INE da qual resultou um aumento considerável do número de empresas reclassificadas (EPR). Deste alargamento do universo de EPR estas passaram a representar 90,4% do total do financiamento obtido no universo das EPNF.

Durante o 4.º trimestre de 2014, o nível de endividamento das EPNF reduziu em 5%, face ao final do ano de 2013, ascendendo o endividamento total a 30.630,0 M€, sendo:

- Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), num total de 27.678,0 M€ (-5,9%);
- Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR), num total de 2.952,0 M€ (+4,4%).

2. Enquadramento

O presente boletim informativo enquadra-se no âmbito do regular acompanhamento pela DGTF das empresas que integram o SEE.

A análise desenvolvida ao nível da demonstração de resultados incide sobre o 4.º trimestre de 2014 por comparação com o trimestre homólogo de 2013, enquanto o balanço compara com o final do ano anterior.

A generalidade das empresas do SEE utiliza como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), existindo ainda outras que utilizam o *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Os elementos de informação económica e financeira das empresas correspondem a contas executadas e individuais, obtidos, em geral, do Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF), sendo os valores reportados da responsabilidade das próprias entidades, os quais são suscetíveis de acerto até ao encerramento das contas do exercício.

Por este motivo e pela alteração contabilística no sector da Saúde, os dados financeiros poderão não coincidir com os apresentados em boletins anteriores.

A referência "Empresas Parpública" corresponde à Parpública e às suas empresas participadas de maior relevância, não se devendo, no entanto, considerar como contas consolidadas.

Finalmente importa referir que o presente boletim se encontra estruturado por forma a possibilitar uma visão geral do SEE ao nível das seguintes áreas:

- Situação económico-financeira e patrimonial do SEE;
- Exposição a Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF) contratados;
- Extensão das Responsabilidades Contingentes;
- Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores (PMP);
- Trajetória dos Pagamentos em Atraso (*Arrears*);
- Cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE).

3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO SEE

3.1. Análise dos Resultados

3.1.1. Volume de Negócios

No final do 4.º trimestre de 2014 o volume de negócios do SEE diminuiu 70,0 M€ (-0,7%) face ao 4.º trimestre de 2013, alcançando um total de 9.392,5 M€.

A variação do volume de negócios do SEE neste período é explicada maioritariamente pela redução verificada no sector das Infraestruturas, em virtude da diminuição na atividade de construção da Rede Rodoviária Nacional (RRN) na Estradas de Portugal (EP), e no sector Outros, essencialmente pela evolução registada na ENMC, por oposição ao crescimento apresentado no sector da Saúde.

Refira-se contudo que a atividade de construção da EP está relacionada com os contratos de concessão e produz um efeito neutro nos resultados da empresa, uma vez que é contabilizada simultaneamente como proveito e gasto.

Assim, excluindo este fator, o volume de negócios do SEE revela um aumento de 87,8 € (+0,9%) no final do 4.º trimestre de 2014.

Quadro 3.1.1. – Volume de negócios por sector

Unid: Milhares de euros

	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	227.344	205.980	21.364	10,4%
Cultura	4.821	4.886	-65	-1,3%
Infraestruturas	1.451.418	1.611.392	-159.975	-9,9%
Requalificação Urbana	0	0	0	-
Saúde	4.495.805	4.310.084	185.721	4,3%
Transportes	530.817	509.315	21.503	4,2%
Outros	128.972	286.942	-157.970	-55,1%
Empresas Parpública	2.553.333	2.533.929	19.404	0,8%
Total	**9.392.510**	**9.462.528**	**-70.018**	**-0,7%**
Total sem ILDs	**9.343.321**	**9.255.505**	**87.816**	**0,9%**

Fonte: SIRIEF

O volume de negócios do sector da Saúde cresceu cerca de 185,7 M€ (+4,3%), essencialmente decorrente do aumento no CH de Lisboa Norte (+50,4 M€), no CH Universitário de Coimbra (+25,9 M€) e no CH do Porto (+18,9M€), decorrente de adendas ao Contrato Programa. De referir ainda o crescimento no CH do Algarve (+85,1 M€), no entanto, este é consequência de este Centro

Hospitalar só ter sido criado em meados de 2013, pelo que o exercício de 2013 não corresponde a um ano civil completo.

No sector dos Transportes, o aumento de 21,5 M€ (+4,2%) do volume de negócios é explicado pelas variações na CP (+10,1 M€) e no Metropolitano de Lisboa (ML) (+8,8M€), devido a uma tendência de crescimento de procura.

A evolução do volume de negócios no sector da Comunicação Social corresponde, essencialmente, ao crescimento de 21,1 M€ (+11,0%) atingido pela RTP face ao 4.º trimestre de 2013, decorrente do aumento do valor unitário da Contribuição para o Audiovisual (CAV).

Nas Empresas Parpública o volume de negócios cresceu 19,4 M€ (+0,8%) no 4.º trimestre de 2014, principalmente pela evolução da TAP, SA (+14,3 M€) e INMC - Imprensa Nacional Casa da Moeda (+8,1 M€).

O sector Outros registou uma quebra do volume de negócios de 158,0 M€ (-55,1%) face a igual período do ano anterior, em grande medida explicado pela evolução na ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis (-141,8 M€), e na AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal (-11,2 M€).

3.1.2.Gastos Operacionais

No final do 4.º trimestre de 2014, os gastos operacionais do SEE mantiveram-se em níveis semelhantes aos verificados no 4º trimestre de 2013, com um crescimento residual de 0,1% para um total de 9.114,3 M€.

Quadro 3.1.2.1. – Total dos Gastos Operacionais do SEE

Unid: Milhares de euros

	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	212.708	199.740	12.967	6,5%
Cultura	24.957	26.053	-1.096	-4,2%
Infraestruturas	957.026	1.074.530	-117.504	-10,9%
Requalificação Urbana	3.266	3.421	-154	-4,5%
Saúde	4.700.779	4.654.863	45.917	1,0%
Transportes	621.924	630.160	-8.236	-1,3%
Outros	107.805	163.142	-55.337	-33,9%
Empresas Parpública	2.485.860	2.357.320	128.540	5,5%
Total	**9.114.326**	**9.109.229**	**5.097**	**0,1%**
Total sem ILDs	**8.998.248**	**8.892.821**	**105.427**	**1,2%**

Fonte: SIRIEF

Excluindo o impacto do investimento da EP, pelas razões explicitadas no ponto anterior, os gastos operacionais no SEE verificam um crescimento de 1,2%, essencialmente pela combinação dos aumentos nas Empresas Parpública (+128,5 M€), no sector da Saúde (+45,9 M€) e no sector da Comunicação Social (+13,0 M€), por oposição às diminuições no sector Outros (-55,3 M€) e no sector dos Transportes (-8,2 M€).

Quadro 3.1.2.2. – Gastos Operacionais do SEE

Unid: Milhares de euros

	Gastos com Pessoal				Fornecimentos e Serviços Externos				CMVMC			
	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	86.120	91.755	- 5.635	- 6,1%	42.528	39.532	2.996	7,6%	84.060	68.453	15.607	22,8%
Cultura	18.325	19.175	- 850	- 4,4%	6.611	6.857	- 246	- 3,6%	20	21	- 0	- 1,6%
Infraestruturas	307.161	328.182	- 21.021	- 6,4%	382.649	345.735	36.914	10,7%	267.216	400.613	- 133.397	- 33,3%
Requalificação Urbana	196	159	37	23,2%	3.070	3.261	- 191	- 5,9%	-	-	-	-
Saúde	2.504.841	2.495.834	9.007	0,4%	800.644	778.455	22.189	2,9%	1.395.293	1.380.573	14.720	1,1%
Transportes	274.295	282.113	- 7.818	- 2,8%	310.372	308.127	2.244	0,7%	37.258	39.920	- 2.662	- 6,7%
Outros	30.818	32.232	- 1.414	- 4,4%	53.984	60.923	- 6.939	- 11,4%	23.003	69.987	- 46.984	- 67,1%
Empresas Parpública	504.337	494.163	10.174	2,1%	1.852.333	1.760.708	91.626	5,2%	129.190	102.449	26.741	26,1%
Total	**3.726.094**	**3.743.614**	**- 17.520**	**- 0,5%**	**3.452.192**	**3.303.599**	**148.593**	**4,5%**	**1.936.040**	**2.062.016**	**- 125.976**	**- 6,1%**

Fonte: SIRIEF

No 4º trimestre de 2014 os **Gastos com Pessoal** no SEE reduziram-se cerca de 17,5 M€ (-0,5%), face a igual período do ano anterior, alcançando um total de 3.726,1 M€, sendo de destacar as seguintes evoluções:

- No sector das Infraestruturas, a REFER e a NAV registaram as maiores reduções, cerca de 9,2 M€ e 7,0 M€, respetivamente, decorrente de acertos registados em 2013 associados à decisão do Tribunal Constitucional relativa à reposição dos subsídios de férias e de Natal;
- No sector dos Transportes, no ML os gastos com pessoal reduziram cerca de 18,7 M€, enquanto na Carris e na CP aumentaram, respetivamente, cerca de 8,8 M€ e 5,3 M€, no seguimento de variações das responsabilidades com pensões;
- A redução de 5,6 M€ € (-6,1%) no sector da Comunicação Social, é consequência, em grande medida, da diminuição do número de trabalhadores verificada na RTP;
- No sector da Saúde há um aumento de 9,0 M€, o que corresponde a uma variação de 0,4% face ao período homólogo. Refira-se que os gastos com pessoal no sector da Saúde correspondem a 67,2% dos gastos com pessoal no conjunto do SEE;
- As Empresa Parpública registaram um crescimento de 10,2 M€ (+2,1%), essencialmente explicado pela TAP, SA.

Os **FSE** apresentaram um aumento de 148,6 M€ (+4,5%) face ao 4.º trimestre de 2013, essencialmente explicado pelos aumentos ocorridos nas Empresas Parpública (+91,6 M€), no sector das Infraestruturas (+36,9 M€) e no sector da Saúde (+22,2 M€).

As perturbações na atividade da TAP, SA em consequência das greves no verão de 2014, que ocasionaram o fretamento de aviões e o pagamento indemnizações a passageiros, justificam, quase que exclusivamente, o crescimento dos FSE nas Empresas Parpública.

No sector das Infraestruturas, o aumento resulta, na sua maioria, da EDIA onde se registou um aumento de 57,5 M€ do investimento em Infraestruturas de Longa Duração[1] (ILD) e uma redução de 18,3 M€ no restante investimento.

O aumento de 22,2 M€ (+2,9%) no sector da Saúde é explicado essencialmente pelo Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca (+10,8 M€) e pelo Hospital de Magalhães Lemos (+10,7 M€), em virtude da inclusão dos programas verticais em 2014, relacionados com as Instituições do Sector Social no Contrato Programa. No CH do Algarve também se regista um crescimento significativo deste agregado, +16,4 M€, pelas razões explicitadas anteriormente no ponto acerca do volume de negócios.

Destaca-se ainda o sector Outros, que diminuiu os gastos com FSE em cerca de 11,4%, o correspondente a menos 6,9 M€ que no final do 4.º trimestre de 2013, essencialmente no SPMS.

No que concerne ao **CMVMC**, o decréscimo de 126,0 M€ (-6,1%) decorre essencialmente da redução da atividade de construção da EP, conforme já referido anteriormente, sendo ainda de se destacar as evoluções nos seguintes sectores:

- Outros, menos 47,0 M€ que no 4.º trimestre de 2013, no seguimento da contabilização do custo das reservas de crude vendidas pela ENMC;
- Saúde, mais 14,7 M€ face ao valor registado em igual período do ano passado, justificado essencialmente pelo CH do Algarve (+26,1 M€) e pelo CH Universitário de Coimbra (-11,1 M€);
- Comunicação Social, mais 15,6 M€, em consequência do aumento dos custos com a grelha na RTP.
- Empresas Parpública, mais 26,7 M€, maioritariamente explicado por trabalhos profundos de remodelação de duas aeronaves da TAP, SA.

[1] À semelhança do investimento da EP e MP, o investimento em ILD é contabilizado como proveitos e gastos, pelo que não tem impacto no EBITDA da empresa.

3.1.3.EBITDA - *Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*

No final do 4.º trimestre de 2014, o EBITDA do conjunto do SEE diminuiu 67,8% face a igual período de 2013, atingindo o montante de 614,7 M€.

Quadro 3.1.3. – EBITDA do SEE

Unid: Milhares de euros

	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	9.871	32.220	-22.349	-69,4%
Cultura	1.733	1.234	498	40,4%
Infraestruturas	719.269	732.940	-13.670	-1,9%
Requalificação Urbana	-45	516	-561	-108,8%
Saúde	4.159	-58.211	62.370	107,1%
Transportes	-49.739	107.250	-156.990	-146,4%
Outros	26.799	129.258	-102.459	-79,3%
Empresas Parpública	-97.305	963.515	-1.060.821	-110,1%
Total	**614.741**	**1.908.722**	**-1.293.981**	**-67,8%**

Fonte: SIRIEF

Nas Empresas Parpública, a evolução negativa de 1.060,8 M€ no EBITDA decorre quase exclusivamente do resultado da Parpública.

As privatizações ocorridas em 2013 impulsionaram fortemente o EBITDA da Parpública nesse ano, consequentemente, na comparação do 4.º trimestre de 2014 com o período homólogo do ano anterior, verifica-se uma forte quebra deste indicador (-1.020,1 M€).

No sector dos Transportes, a diminuição do EBITDA em 157,0 M€ no final do 4.º trimestre de 2014, resulta da combinação do aumento de 54,4 M€ do EBITDA da CP, maioritariamente explicado pelas seguintes factos:

- Reversão de provisões (+34,6 M€) constituídas para as pensões de acidentes de trabalho e para os capitais próprios negativos da participada CP Carga, a qual melhorou os seus resultados;
- Reversão de imparidades relacionadas com ativos não correntes detidos para venda (+18,0 M€); e
- Outros rendimentos e ganhos (+14,7 M€), decorrente da alienação dos terminais de mercadorias à REFER;

e da diminuição do EBITDA das seguintes empresas:

- -29,4 M€ na Carris, em consequência da redução das indemnizações compensatórias (-15,1 M€), constituição de provisões (-8,2 M€) para processos judiciais e aumento de gastos com pessoal (-8,8 M€);
- -51,5 M€ na ML, decorrente da evolução de várias rúbricas, das quais se destaca a constituição de provisões (-33,0 M€) para fazer face aos instrumentos de gestão de risco financeiro (IGRF) cuja validade está a ser discutida no âmbito de um processo judicial, redução de ganhos (-17,8 M€) e aumento de perdas (-7,8 M€) com IGRF que se encontram ativos, perdas com a participada GIL (cerca de -16,1 M€) relativo a suprimentos que foram transferidos para a REFER e a redução de gastos com pessoal (+18,7 M€); e
- -133,4 M€ no MP, em consequência da evolução do valor de mercado dos IGRF da empresa.

O EBITDA do sector Outros está maioritariamente influenciado pelo resultado da ENMC decorrente da venda das reservas de crude ocorridas no final de 2013, que impulsionaram o volume de negócios desse ano.

No 4.º trimestre de 2014, o EBITDA do sector da Comunicação Social diminui 22,3 M€ face a igual período de 2013, atingindo um total de 9,9 M€, justificado principalmente pela RTP, decorrente da evolução do volume de negócios e gastos operacionais referidos anteriormente, bem como pela eliminação da indemnização compensatória de 42,3 M€.

No sector das Infraestruturas verificou-se uma redução de 13,7 M€ no EBITDA face ao 4.º trimestre de 2013, essencialmente devido às seguintes variações:

- Redução de 24,4 M€ na EP, decorrente da diminuição da capitalização dos encargos financeiros com a construção; e
- Aumento de 8,5 M€ na Docapesca como consequência de reversões de provisões referentes a processos em execução fiscal.

No sector da Saúde o EBITDA melhorou, cerca de 62,4 M€, em virtude da evolução das seguintes empresas:

- CH de Lisboa Norte, +67,1 M€;
- CH e Universitário de Coimbra, +26,3 M€;
- CH do Porto, -15,8 M€; e
- CH Cova da Beira, -21,4 M€.

3.1.4.EBITDA ajustado no sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária

No âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) estabelecido entre Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, foi assumido o compromisso de equilibrar a função operacional do sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária. Apesar das revisões regulares do PAEF terem já terminado, decidiu-se manter o capítulo relativo ao EBITDA Ajustado no sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária, de forma a proporcionar uma comparação e escrutínio da evolução da função operacional do sector.

Para aferição da evolução da função operacional, determinou-se utilizar como métrica a evolução do EBITDA ajustado face a 2010. Este indicador encontra-se expurgado de variações de justo valor e rúbricas de efeito extraordinário, designadamente as resultantes de atividades de investimento em infraestruturas e de racionalização de pessoal.

Verifica-se assim uma evolução positiva 181,1 M€, entre o 4.º trimestre de 2010 e o 4.º trimestre de 2014, no EBITDA ajustado do sector dos Transportes e gestão da infraestrutura ferroviária. Com efeito, numa base comparável, o EBITDA ajustado passou de -153,8 M€ no 4º trimestre de 2010 para 27,3 M€ no 4.º trimestre de 2014.

Na comparação homóloga entre o 4.º trimestre de 2013 e o 4.º trimestre de 2014, verificou-se uma diminuição do EBITDA ajustado de cerca de 8,6 M€.

Quadro 3.1.4. – EBITDA Ajustado agregado

Unid: Milhares de euros

EBITDAr	4.ºTrim 2010	4.ºTrim 2011	4.ºTrim 2012	4.ºTrim 2013	4.ºTrim 2014
Vendas e Serviços Prestados (s/ IFRIC)	558.676,2	573.705,5	599.080,2	594.732,9	615.403,9
Indemnizações Compensatórias	189.881,2	207.357,3	167.205,6	169.075,5	111.154,3
Outros subsídios e compensações financeiras	4.695,1	6.160,0	4.447,9	5.515,9	8.724,2
Outros rendimentos e ganhos	73.842,5	87.506,7	73.103,2	100.646,3	119.250,5
RECEITAS OPERACIONAIS	**827.095,0**	**874.729,5**	**843.836,9**	**869.970,5**	**854.532,9**
CMVMC	50.466,6	51.254,8	45.356,7	43.033,1	40.375,6
FSE (s/ IFRIC)	459.909,1	421.161,6	404.676,9	401.830,2	402.771,2
Gastos com Pessoal **(1)**	457.108,0	387.093,5	331.816,5	359.197,5	345.234,4
Outros gastos e perdas	13.433,5	13.863,3	23.519,9	30.010,9	38.878,3
DESPESAS OPERACIONAIS	**980.917,2**	**873.373,2**	**805.370,1**	**834.071,7**	**827.259,5**
EBITDAr	**-153.822,2**	**1.356,3**	**38.466,9**	**35.898,8**	**27.273,4**
(1) Excludindo custos com rescisões, no valor de:	13.331,5	45.871,4	7.274,2	12.980,8	11.125,9

Fonte: Empresas

3.1.5.Resultados Financeiros

Os resultados financeiros do SEE, no 4.º trimestre de 2014, agravaram 29,9 M€ relativamente a igual período de 2013, para um total de -1.031,7 M€.

Quadro 3.1.5. – Resultados financeiros do SEE

Unid: Milhares de euros

	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	40.548	-9.072	49.620	546,9%
Cultura	-29	-11	-18	-170,7%
Infraestruturas	-447.726	-427.112	-20.614	-4,8%
Requalificação Urbana	72	-478	550	115,1%
Saúde	5.840	-6.034	11.874	196,8%
Transportes	-408.784	-252.198	-156.586	-62,1%
Outros	-1.940	-127.099	125.159	98,5%
Empresas Parpública	-219.698	-179.784	-39.913	-22,2%
Total	**-1.031.717**	**-1.001.788**	**-29.929**	**-3,0%**

Fonte: SIRIEF

O sector Outros reduziu o prejuízo financeiro em cerca de 125,2 M€, quase exclusivamente pela liquidação do instrumento financeiro derivado da ENMC em 2013, o que agravou o resultado financeiro da empresa em 125,3 M€ nesse período.

O resultado financeiro do sector da Comunicação Social registou um crescimento de 49,6 M€ face ao 4.º trimestre de 2013, derivado de ganhos financeiros no montante de 44,5 M€ na RTP.

O sector das Infraestruturas verifica um agravamento do prejuízo financeiro de 4,8%, em resultado da diminuição de 16,2 M€ no resultado financeiro da REFER, decorrente da atividade de *hedging*, e de 7,9 M€ na EP, consequência de um aumento dos gastos financeiros com Contratos de Subconcessão.

Os resultados financeiros das Empresas Parpública agravaram-se em 39,9 M€, em resultado da evolução deste agregado na AdP (-25,7 M€) e na TAP, SA (-17,3 M€).

No sector dos Transportes a variação do resultado financeiro face ao 4.º trimestre de 2013 é justificada pela evolução das seguintes empresas:

- MP, agravamento de 129,7M€ para um total de -111,3 M€;
- STCP, agravamento de 35,4 M€ para -44,2 M€;
- Carris, agravamento de 25,8 M€ para -34,5 M€;
- CP, melhoria de 7,7 M€ para -198,8 M€; e
- ML, melhoria de 22,7 M€ para -15,1 M€.

3.1.6.Resultados Líquidos

O resultado líquido global do SEE atingiu um total de -1.173,0 M€ no final do 4.º trimestre de 2014.

Quadro 3.1.6. – Resultado líquido do SEE

Unid: Milhares de euros

	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	36.242	14.510	21.732	149,8%
Cultura	1.003	533	470	88,1%
Infraestruturas	-42.246	-67.912	25.666	37,8%
Requalificação Urbana	0	0	0	-50,0%
Saúde	-142.959	-225.936	82.977	36,7%
Transportes	-635.879	-331.648	-304.231	-91,7%
Outros	18.375	-12.210	30.585	250,5%
Empresas Parpública	-407.543	662.121	-1.069.663	-161,6%
Total	**-1.173.007**	**39.458**	**-1.212.464**	**-3072,8%**

Fonte: SIRIEF

A maior variação registada no universo do SEE ocorre nas Empresas Parpública, na própria Parpública e na TAP, SA que, face ao 4.º trimestre de 2013, diminuíram o seu resultado líquido em 1.017,7 M€ e 80,4 M€, respetivamente, pelos fatores anteriormente referidos.

O sector dos Transportes agravou o seu resultado líquido em 304,2 M€, alcançando no final do 4.º trimestre de 2014 um total de -635,9 M€. Esta evolução é essencialmente justificada pelo agravamento da rúbrica de variações de justo valor, em cerca de 147,6 M€, referida na análise do EBITDA, a que acresce o agravamento dos resultados financeiros, em 156,6 M€.

Os resultados financeiros atingidos pelo sector da Comunicação Social, melhoraram substancialmente o resultado líquido do sector, verificando-se um crescimento de 21,7 M€ para um total de 36,2 M€, devido à RTP.

O sector das Infraestruturas melhora o resultado líquido do sector em 25,7 M€, alcançando um total de -42,2 M€ no final do 4.º trimestre de 2014. Além das razões explicitadas anteriormente, é de se referir ainda a reversão de imparidades de ativos depreciáveis (11,8 M€) na EDIA, decorrente do aumento dos subsídios recebidos e do reforço da taxa de financiamento de alguns projetos do sistema primário.

No sector Outros, a variação favorável do resultado líquido, em cerca de 30,6 M€, é maioritariamente explicada pelo impacto negativo que a liquidação do *swap* teve nas contas de 2013 da ENCM.

No sector da Saúde, o incremento das vendas e serviços prestados decorre de Adendas ao Contrato-Programa, o que justifica o aumento do resultado líquido de 83,0 M€ neste sector, alcançando no final do 4.º trimestre de 2014 um total de -143,0 M€.

3.2. Análise Patrimonial

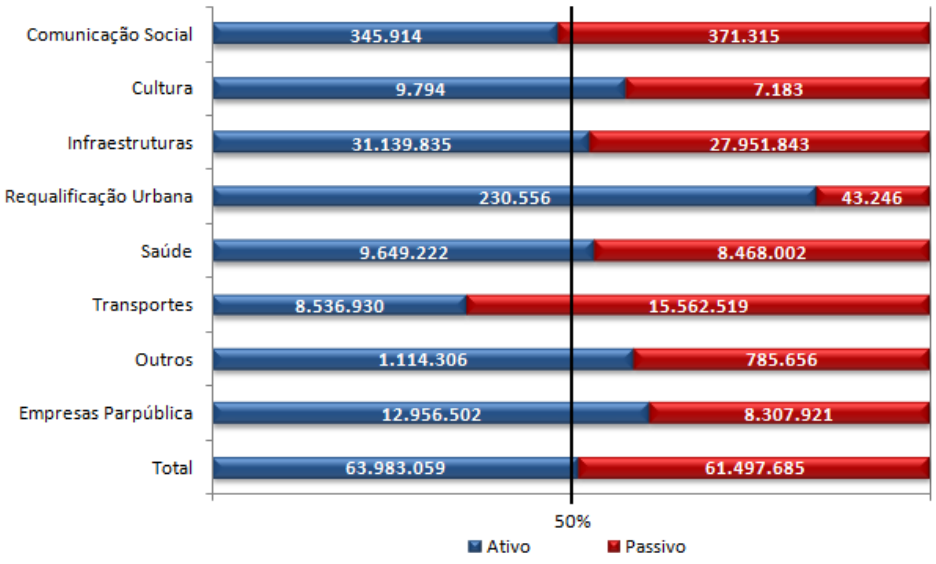
3.2.1. Estrutura Patrimonial / Capitais Próprios

Em termos patrimoniais, no 4.º trimestre de 2014, o SEE apresenta uma evolução positiva face aos valores de final de ano de 2013, com o ativo e o passivo a crescerem 7,6% e 3,1%, respetivamente, tendo os aumentos de capital realizados durante este período melhorado substancialmente a situação patrimonial das empresas do SEE.

No âmbito dos planos de reestruturação financeira das empresas, em execução em 2014, foram realizados aumentos de capital nas empresas do SEE, num total de 4.025,5 M€, sendo de destacar:

- Sector das Infraestruturas, em cerca de 2.556,4 M€;
- Sector da Saúde, no montante de 909,7 M€; e
- Sector dos Transportes, no valor de 551,6 M€.

Gráfico 3.2.1.1. – Estrutura patrimonial
(Unidade: Milhões)



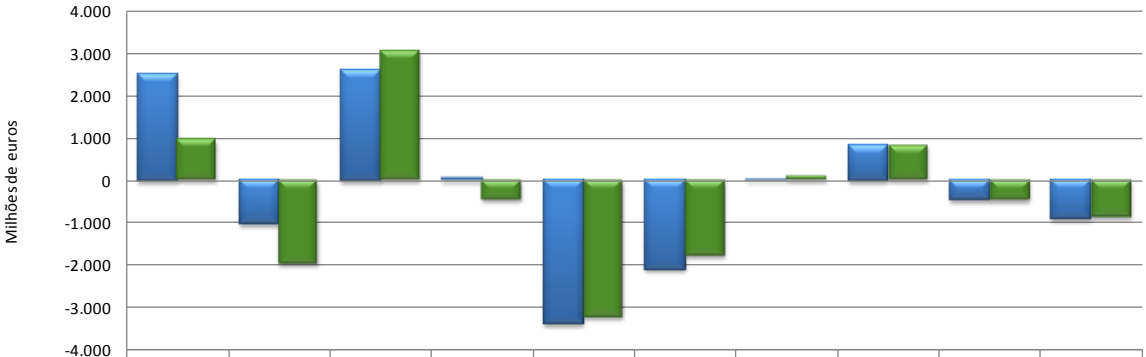
Fonte: SIRIEF

Os aumentos de capital realizados no sector dos Transportes permitiram melhorar substancialmente a estrutura patrimonial, com os capitais próprios da globalidade do SEE a alcançarem um valor positivo de 2.485,4 M€ no final do 4.º trimestre de 2014.

O sector das Infraestruturas, decorrente do elevado volume de investimento inerente ao mesmo, apresenta um valor de ativo (31.139,8 M€) e passivo (27.951,8 M€) muito superior ao dos restantes.

Com a entrada da Parque Expo em processo de liquidação, a empresa foi retirada da análise deste boletim, pelo que face a boletins anteriores verifica-se um diminuição do peso do sector da Requalificação Urbana.

Gráfico 3.2.1.2. – Capital próprio das empresas com maior passivo



	EP	REFER	Parpública	ML	CP	MP	TAP, SA	P. Escol	EDIA	Carris
4.º trim 2014	2.506,2	-1.039,6	2.596,2	49,3	-3.406,0	-2.118,3	19,2	830,6	-471,0	-924,3
4.º trim 2013	972,9	-1.978,7	3.046,0	-454,2	-3.236,4	-1.788,6	114,0	840,6	-476,9	-870,5

Fonte: SIRIEF

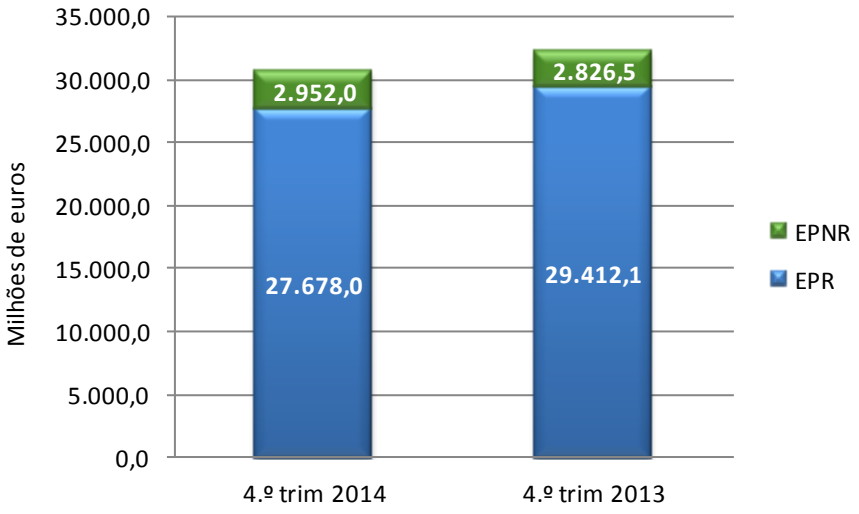
O gráfico acima apresentado, mostra a evolução do capital próprio das 10 empresas com maior passivo, sendo de referir os aumentos de capital realizados na EP, de 1.521,6 M€, e na REFER, de 1.034,8 M€, durante o ano de 2014.

3.2.2. Endividamento

Na análise do endividamento foi feita uma divisão entre Entidades Públicas Não Reclassificadas (EPNR) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), uma vez que o aumento do endividamento das EPR produz efeito na dívida pública, por estas empresas se encontrarem incluídas no perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

Em setembro de 2014, o INE publicou uma nova lista do Sector Institucional das Administrações Públicas que aumentou consideravelmente o número de EPR. Deste alargamento resultou que o universo das empresas reclassificadas passou a concentrar 90,4% do total do financiamento obtido nas EPNF. De modo a tornar a análise comparável, utilizou-se o mesmo universo de EPR e EPNR relativamente ao 4º trimestre de 2013, conforme o gráfico seguinte.

Gráfico 3.2.2.1. – Endividamento por EPR e EPNR



Fonte: SIRIEF

Na sequência dos aumentos de capital, o SEE registou uma diminuição do endividamento de 5% face ao valor verificado no final de 2013, diminuído para 30.630,0 M€, repartido pelas EPR, num total de 27.678,0 M€ (-5,9%), e EPNR, num total de 2.952,0 M€ (+4,4%).

Quadro 3.2.2. – Endividamento

Unid: Milhares de euros

	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social	78.316	74.404	3.912	5,3%
Cultura	913	900	13	1,5%
Infraestruturas	10.984.969	12.417.435	-1.432.466	-11,5%
Requalificação Urbana	0	111	-111	-100,0%
Saúde	1.240	457.544	-456.304	-99,7%
Transportes	12.934.448	12.608.668	325.780	2,6%
Outros	567.982	510.593	57.389	11,2%
Empresas Parpública	6.062.127	6.168.987	-106.860	-1,7%
Total	**30.629.996**	**32.238.642**	**-1.608.647**	**-5,0%**

Fonte: SIRIEF

A redução de financiamento nas EPR, reflete os aumentos de capital realizados nestas empresas, nomeadamente:

- No Sector das Infraestruturas, com a REFER a reduzir o endividamento em 752,3 M€ (-10,5%) e a EP em 663,6 M€ (-20,7%);

- No Sector da Saúde, que eliminou a quase totalidade do financiamento, cerca de menos 456,3 M€ (-99,7%);
- No Sector dos Transportes, no qual o ML diminuiu cerca de 103,6 M€ (-2,4%); e
- Nas Empresas Parpública, em que a Parpública reduziu em 175,0 M€ (-4,1%) e a Sagestamo em 21,8 M€ (-4,9%).

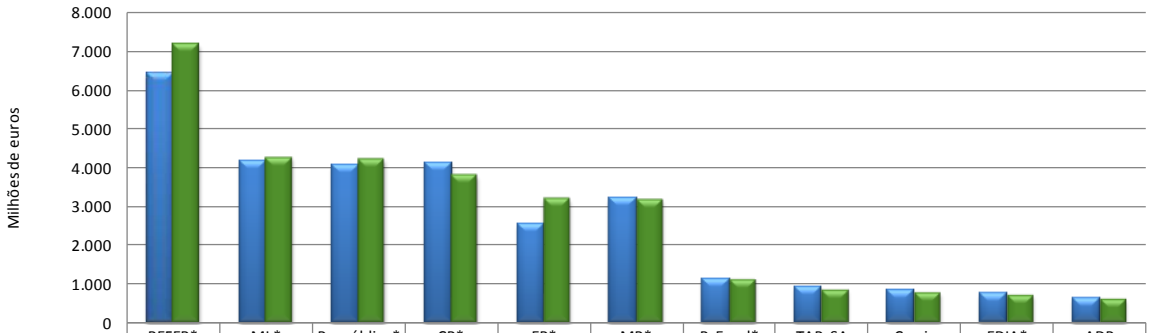
Dentro das EPR é de referir ainda o aumento do endividamento registado no 4.º trimestre de 2014 nas seguintes empresas:

- CP, +326,7 M€ (+8,6%);
- Empordef, +57,3 M€ (+38,1%), decorrente da transferência do passivo bancário dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo; e
- MP, +40,1 M€ (+1,3%).

Nas EPNR, o crescimento verificado no endividamento resulta maioritariamente da TAP, SA, Carris e STCP, com aumentos de 93,3 M€ (+11,1%), 36,6 M€ (+4,7%) e 19,1 M€ (+4,8%), respetivamente.

É de salientar ainda a Administração do Porto de Lisboa (APL), que reduziu o endividamento em cerca de 13,8 M€ (-11,4%), optando por fazer amortizações extraordinárias de capital sempre que os cash-flows gerados o permitem.

Gráfico 3.2.2.2. – Empresas do SEE com maior endividamento



	REFER*	ML*	Parpública*	CP*	EP*	MP*	P. Escol*	TAP, SA	Carris	EDIA*	ADP
4.º trim 2014	6.431,8	4.165,9	4.046,2	4.134,4	2.539,5	3.220,7	1.125,4	935,3	813,3	735,4	605,0
4.º trim 2013	7.184,1	4.269,5	4.221,2	3.807,8	3.203,1	3.180,6	1.140,0	842,0	776,7	719,3	610,2

(*) – EPR

Fonte: SIRIEF

As onze empresas constantes do gráfico supra, representam no seu somatório, 93,9% do endividamento total do SEE no 4.º trimestre de 2014.

3.3. Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro

Em 2009, foi emitido o Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, definindo um conjunto de instruções a observar pelas EPNF que visavam mitigar os efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas, onde se incluía a obrigação das empresas prestarem ao Ministério das Finanças e da Administração Pública informação relativa à contratação de instrumentos derivados.

Em 2011, considerando a necessidade de reforçar o controlo preventivo relativamente à adoção de tais instrumentos, foi emitido o Despacho n.º 896/2011-SETF, de 9 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, determinando o envio à DGTF de informação detalhada sobre os Instrumentos de Gestão do Risco Financeiro (IGRF), já contratados ou em projeto de contratação, pelo SEE, passando os novos IGRF a estar sujeitos a parecer prévio do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP). O mesmo despacho exigia ainda que as empresas fornecessem à DGTF informação detalhada sobre os IGRF, juntamente com proposta de decisão adequada à mitigação dos riscos e maximização da eficiência da operação de cobertura.

Em 2012, fruto da alteração dos estatutos do IGCP, E.P.E. (aprovados pelo Decreto-Lei n.º 200/2012, de 27 de agosto), foi atribuída a esta agência a gestão dos IGRF contratados pelas Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), tendo sido igualmente estabelecida a necessidade das Empresas Públicas Não Reclassificadas (EPNR) submeterem aqueles instrumentos a parecer do IGCP, E.P.E.

No final de 2012, o Estado Português iniciou um processo de restruturação e simplificação das carteiras de IGRF das empresas públicas, tendo-se chegado a acordo com vários bancos, contrapartes das empresas nestas operações, para o seu cancelamento antecipado.

Foi neste contexto que durante o quarto trimestre de 2014 foi cancelado um *swap* entre a CP e o Novo Banco/BESI. Este derivado apresentava, na data de cancelamento, um valor de mercado (MtM) negativo próximo de 53,6 M€, tendo sido negociado com um desconto de cerca de 7,1% (o que resultou num pagamento pela empresa de 49,7 M€. No último trimestre de 2014 foi também executada uma renovação de um *swap* cambial da PARVALOREM pelo prazo de 1 mês, para garantir a cobertura de uma posição de tesouraria em dólares, e foram contratados vários *swaps* de *jet fuel* de curto prazo pela TAP.

A 31 de dezembro de 2014 existiam 39 IGRF nas carteiras de 9 empresas, repartidas por 3 sectores de atividade, com um valor contratual agregado de 1.809,6 M€ e um valor de mercado negativo próximo de 506,6 M€. Este universo não inclui 9 IGRF com estruturas do tipo "*snowball*",

contratados junto do Banco Santander Totta, que estão a ter a sua validade discutida nos tribunais ingleses, em processos propostos pelo banco[2].

O quadro seguinte exibe o valor contratual e o valor de mercado dos IGRF, agregado por empresa, das 39 operações:

Quadro 3.3.1. – Valor dos IGRF, por sector de atividade (excluindo 9 derivados BST)

Valores em milhares de euros, reportados a 31.12.2014

Empresa	Nº Operações	Valor Contratual	MtM [1]	Endividamento [2]	MtM/Divida (%)
APL[3]	1	10,750	-1,877	106,923.7	-1.8%
Subtotal Infra-Estruturas	***1***	***10,750***	***-1,877***	***106,923.7***	***-1.8%***
Carris	2	151,600	-26,647	813,320.2	-3.3%
CP	1	75,000	-3,709	4,134,440.9	-0.1%
Metro Porto	2	103,569	-23,907	3,220,740.8	-0.7%
Metropolitano Lisboa	16	650,008	-146,474	3,816,331.6	-3.8%
TAP	8	156,086	-50,765	851,797.4	-6.0%
Transtejo	1	27,500	-3,190	185,040.9	-1.7%
Subtotal Transportes	***30***	***1,163,762***	***-254,692***	***13,021,671.7***	***-2.0%***
ADP	4	170,000	-38,872	605,000.0	-6.4%
Subtotal Serv. Utilidade Pública	***4***	***170,000***	***-38,872***	***605,000.0***	***-6.4%***
Parpública[4]	4	465,069	-211,198	4,046,234.8	-5.2%
Total Geral	**39**	**1,809,581**	**-506,638**	**17,779,830.2**	**-2.8%**

[1] De acordo com a valorização das contrapartes, reportada pelas empresas, com excepção de um derivado da Parpública, um dos derivados da Carris e um derivado do Metro do Porto, cuja fonte é a valorização do IGCP

[2] Dados provenientes da DGTF (os valores apresentados para a TAP e ADP referem-se a 30.09.2014).

[3] Derivado *embedded* num contrato de mútuo.

[4] Inclui uma *embedded put* das obrigações convertíveis sobre acções da GALP.

O quadro supra evidencia também o peso do valor de mercado dos IGRF em carteira à data de 31 de dezembro face ao endividamento das empresas.

No quarto trimestre do ano, o valor de mercado dos IGRF em análise registou uma variação total negativa de 99,4 M€, por comparação com o trimestre anterior (diferença ajustada pelos recebimentos líquidos de pagamentos).

Destaca-se o derivado do tipo "*receiver swaptions*" do Metropolitano de Lisboa, que registou uma variação negativa de quase 54,8 M€ justificada pela descida continuada da taxa *swap* do euro a 30 anos. Os swaps de *jet fuel* contratados pela TAP também registaram uma variação negativa significativa do seu valor, decorrente da queda acentuada do preço do petróleo no período considerado.

[2] Mais concretamente, e face ao comunicado da SET de 26.04.2013, o BST propôs num tribunal inglês um conjunto de ações de simples apreciação, nos termos das quais o banco requer o reconhecimento da validade dos contratos em causa.

Quadro 3.3.2. – Variação dos IGRF, por sector de atividade (excluindo 9 derivados BST)

Valores em milhares de euros

Empresa	MtM 4Q14 (1)	MtM 3Q14 (1)	Net CF 4Q14	Variação
ADP	-38,872	-33,245	-489	-6,115
APL	-1,877	-2,226	-397	-47
Carris	-26,647	-28,754	-2,177	-71
CP (2)	-3,709	-58,756	-50,841	4,206
Metropolitano Lisboa	-146,474	-100,453	-8,828	-54,849
Metro Porto	-23,907	-28,187	-1,767	2,513
Parpública	-211,198	-209,277	-6,059	-7,979
TAP	-50,765	-13,884	-148	-37,030
Transtejo	-3,190	-3,162	0	-28
Total Geral	**-506,638**	**-477,944**	**-70,706**	**-99,400**

(1) De acordo com a valorização das contrapartes, reportada pelas empresas, com excepção de um derivado da Parpública, um dos derivados da Carris e um derivado do Metro do Porto, cuja fonte é a valorização do IGCP

(2) O Net CF dos IGRF da CP no terceiro trimestre incluem o valor do *swap* cancelado.

A análise da sensibilidade destes IGRF à variação das taxas de juro revela que uma variação positiva de 1 ponto percentual (pp) nas curvas de rendimentos do euro e do dólar norte-americano (curvas *swap*) teria um impacto favorável de cerca de 137,8 M€ no valor da carteira dos IGRF, enquanto uma variação negativa de 1 pp provocaria um agravamento de 242,5 M€.

Comparativamente com o 3º trimestre do ano, a sensibilidade do valor de mercado a um choque positivo (paralelo) de 1 pp nas taxas de juro reduziu-se em cerca de 7%, enquanto a sensibilidade a um choque negativo de 1 pp aumentou 7%.

Quadro 3.3.3. - Análise de sensibilidade a choque das curvas *swap* EUR e USD (excluindo 9 derivados BST)

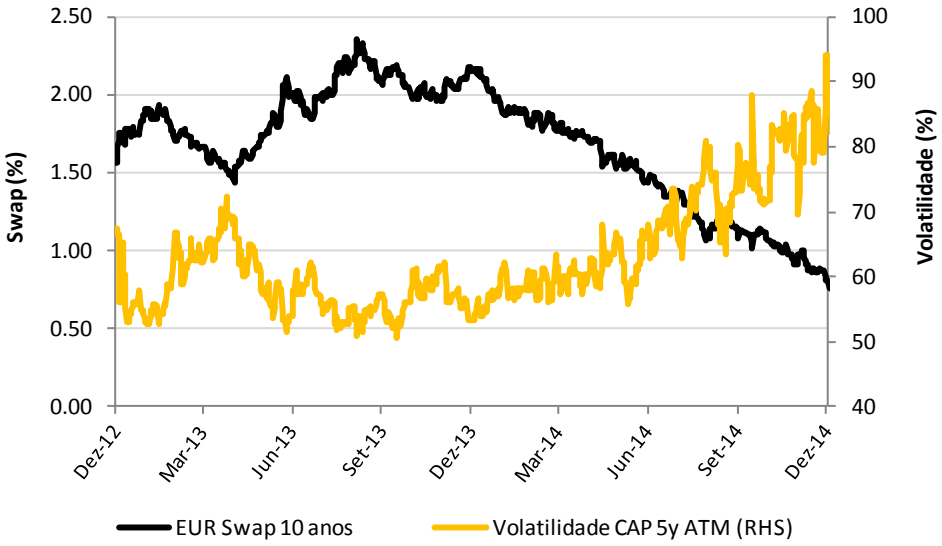
Valores em milhares de euros, reportados a 31.12.2014

Empresa	Nº Operações	MtM (1)	+1pp	-1pp
ADP	4	-38,872	5,962	-8,659
APL	1	-1,877	347	-342
Carris	2	-26,647	832	-867
CP	1	-3,709	782	-798
Metropolitano Lisboa	16	-146,474	51,518	-137,877
Metro Porto	2	-23,907	7,704	-9,501
Parpública	4	-211,198	69,553	-83,343
TAP	8	-50,765	500	-537
Transtejo	1	-3,190	573	-591
Total	**39**	**-506,638**	**137,772**	**-242,516**

(1) De acordo com a valorização das contrapartes, reportada pelas empresas, com excepção do derivado da Parpública e de um dos derivados da Carris, cuja fonte é a valorização do IGCP

Por último, o gráfico em baixo apresenta a evolução da taxa euro *swap* a 10 anos e da volatilidade de um *cap at-the-money* (ATM) a 5 anos, procurando-se com estes dois indicadores evidenciar as alterações de mercado nos últimos meses.

Gráfico 3.3. – Evolução de taxa *swap* EUR a 10 anos e de volatilidade de *cap* ATM a 5 anos



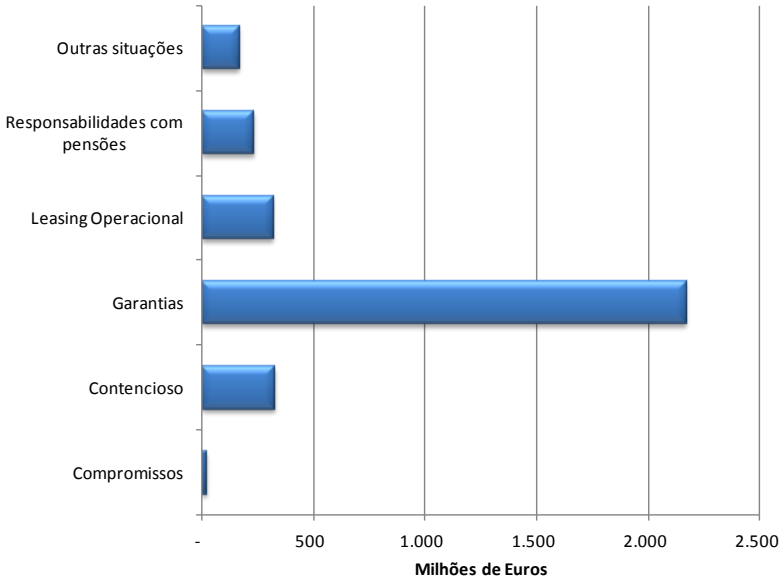
3.4. Responsabilidades Contingentes

A informação recolhida junto das empresas do SEE teve em consideração a definição de "Responsabilidade Contingente" comummente aceite e coerente com as normas de contabilidade do SNC, presentemente em vigor.

As empresas analisadas reportaram, à data de 31 de dezembro, 457 situações com responsabilidades contingentes associadas, num total de 3.242,8 M€, representando um decréscimo de cerca 8,2% face ao número de operações reportado em setembro p.p..

A maioria das responsabilidades contingentes, correspondendo a 2.808,4 M€ (cerca de 86,6% do total), reside em quatro empresas, sendo elas a AdP (com 59,7%), a TAP (com 16,0%), o ML (com 7,3%) e a Baia do Tejo (com 3,6%).

Gráfico 3.4. - Responsabilidades contingentes por tipologia



Fonte: Empresas

Nota: Outras situações incluem capital não realizado, PPP/concessões, responsabilidades com pensões e expropriações.

As responsabilidades contingentes são explicadas, principalmente, pelas garantias, *leasing* operacional e contencioso correspondendo, respetivamente, a 2.278,5 M€ (70,3%), 311,5 M€ (9,6%) e 220,0 M€ (6,8%).

O elevado número de responsabilidades contingentes pendentes de resolução de processo em contencioso, conduz a que 86,5% das ocorrências não tenham um horizonte temporal definido para a sua resolução.

As responsabilidades com pensões, conforme o reporte das empresas, concentram-se no sector dos Transportes.

A desagregação das garantias concedidas por sector revela que 86,3% do seu montante está concentrado no sector Parpública, com particular destaque para a AdP (sob a forma, nomeadamente, de fianças, garantias e cartas de conforto).

Quadro 3.4. - Responsabilidades Contingentes por Sector

Unid: Milhares de euros

Sector	Qt	Montante	Garantias		Contencioso		Leasing Operacional	
			Qt.	Montante	Qt.	Montante	Qt.	Montante
1.1. Comunicação Social	5	7.562	4	4.718	1	2.844	0	0
1.3.2. Infraestruturas Ferroviárias	4	18.583	2	5.046	1	8.357	0	0
1.3.3. Infraestruturas Portuárias	14	72.044	10	71.765	2	0	2	279
1.3.4. Infraestruturas Rodoviárias	4	154	2	149	0	0	2	4
1.3.5.Outras Infraestruturas	7	23.203	18	5.206	18	5.206	0	0
1.4. Requalificação Urbana e Ambiental	6	5.712	1	0	2	5.710	1	2
1.5. Saúde	216	139.927	192	56.985	192	56.985	15	618
1.6. Defesa	10	6.409	5	5.062	2	1.201	3	146
1.7. Transportes	101	855.524	46	148.608	46	129.756	2	310.001
1.8. Parpública	59	2.089.240	18	1.966.591	12	4.725	11	334
1.9. Outros Sectores	31	24.468	8	14.407	16	5.195	1	77
Total	**457**	**3.242.826**	**306**	**2.278.538**	**292**	**219.978**	**37**	**311.462**

Fonte: Empresas

As empresas que apresentam maior montante no que respeita à categoria de contencioso são a TAP[3] e o Metropolitano de Lisboa, devendo-se os elevados montantes a contingências tributárias e a processos relacionados com expropriações, resultantes da realização de investimentos em ILD.

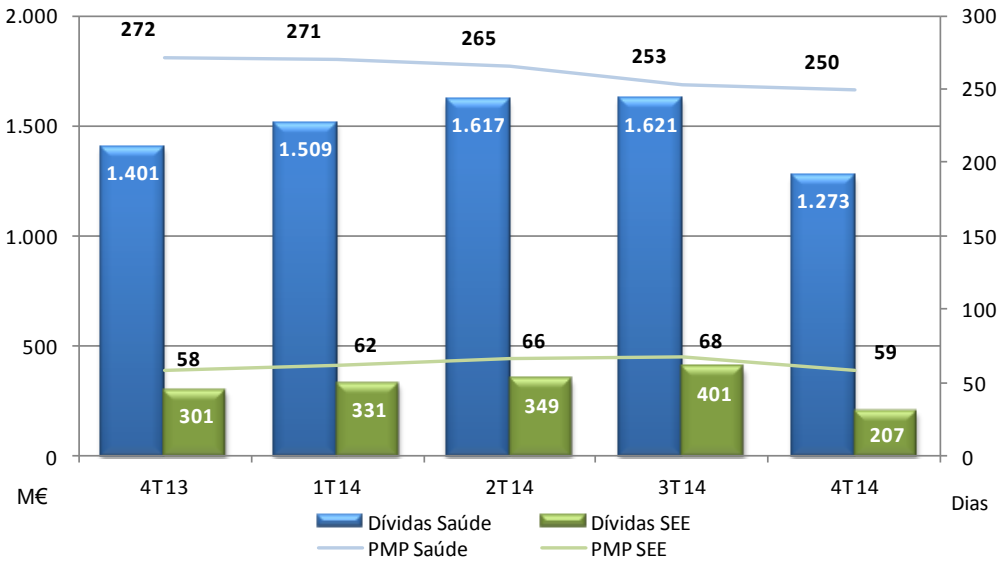
O *leasing* operacional encontra-se concentrado no sector dos Transportes, nomeadamente na TAP, em que a aquisição de algumas aeronaves é feita com recurso a este instrumento financeiro.

[3] Face aos valores incorridos pela TAP, foi incluída e considerada no sector dos Transportes, apesar de pertencer à Parpública.

4. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores

No âmbito da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro (Programa Pagar a Tempo e Horas, Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril), é importante analisar o prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP). O gráfico seguinte apresenta a evolução do PMP, conjugado com o valor em dívida para com fornecedores:

Gráfico 4. – Evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores



Nota: A alienação da posição maioritária detida pelo Estado nos CTT no final de 2013, determinou a sua exclusão desta análise, pelo que os dados para trimestres anteriores poderão não coincidir com boletins anteriores.
Fonte: ACSS para os dados da Saúde e os restantes são submetidos pelas empresas.

No final do 4.º trimestre de 2014 o sector da Saúde reduziu substancialmente as dívidas a fornecedores, cerca de -347,3 M€ face ao trimestre anterior.

Neste sector, o CH de Setúbal e CH do Baixo Vouga apresentam o PMP mais elevado, 753 e 653 dias, respetivamente, enquanto o H. Magalhães Lemos e o CH Entre Douro e Vouga são os que observam os valores mais baixos, 14 e 31 dias, respetivamente.

Relativamente ao restante universo do SEE, quebrou-se a tendência de crescimento das dívidas a fornecedores que se verificava desde o final de 2013, reduzindo em 194,5 M€ face ao 3.º trimestre de 2014 para um total de 206,6 M€, sendo esta evolução essencialmente devida à liquidação da dívida da CP à REFER, relativo à taxa de utilização de infraestrutura (TUI), ocorrida no final do ano de 2014.

Consequentemente o PMP a fornecedores do SEE, excluindo o sector da Saúde, diminuiu 9 dias para um total de 59 dias no final do 4.º trimestre de 2014.

5. Pagamentos em Atraso (Arrears)

Com o objetivo de uniformizar a informação relativa aos pagamentos em atraso por parte das empresas públicas, ao abrigo das negociações entre a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira[4] (PAEF) foi aprovado o Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, o qual determinou[5] que entidades que integram o universo das Administrações Públicas em Contas Nacionais, bem como às demais empresas públicas, devem fornecer à Direção Geral do Tesouro e Finanças, entre outras entidades, a informação relativa ao valor global das dívidas certas, líquidas e exigíveis que permanecem por pagar após 90 dias.

Dessa forma, pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro de 2012, foi aprovada a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a qual estabeleceu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas incluídas no sector público administrativo[6], determinando que a execução orçamental não pode conduzir à acumulação de pagamentos em atraso.

Para o efeito, a LCPA considera[7] " «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes".

No período em análise, globalmente[8] assistiu-se, comparativamente ao 4.º trimestre de 2013, a uma redução de 102,0 M€ no volume dos pagamentos em atraso ("arrears"), de 103,6 M€ para 1,7 M€. No subgrupo das Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) verifica-se uma evolução favorável, influenciada essencialmente pela CP, cujo volume dos pagamentos em atraso passou de 99,0 M€ no 4.º trimestre de 2013 para 0,6 M€ no período homólogo de 2014, sendo que 97,9 M€ correspondem a dívidas à REFER decorrentes da taxa de utilização da infraestrutura ferroviária. Verifica-se ainda uma redução ao nível dos pagamentos em atraso no Metro do Porto, os quais passaram de 783,8 m€ para 7,9 m€.

As EPR estão sujeitas ao cumprimento da LCPA, a qual definiu as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. De mencionar, ainda, que o controlo da despesa pública é um elemento crítico para garantir o cumprimento das metas

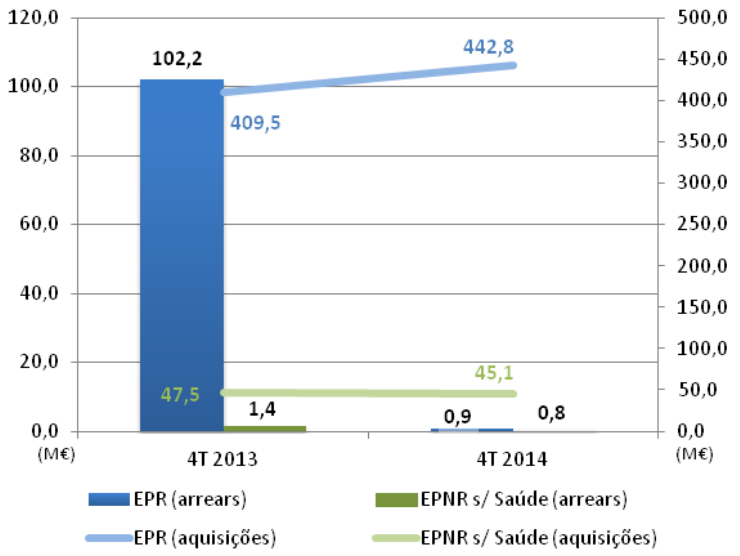
[4] Celebrado com a União Europeia, o FMI e o Banco Central Europeu.
[5] Conforme decorre do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.
[6] Abarca as entidades inseridas no perímetro de consolidação das Administrações Públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, ou seja, as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), conforme decorre do n.º 5 do artigo 2.º da Lei do Enquadramento Orçamental, Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho.
[7] Alínea e) do Artigo 3.º da LCPA.
[8] Pela sua especificidade e dimensão, o Sector da Saúde é analisado autonomamente.

orçamentais, sendo a não acumulação[9] de dívidas vencidas um critério quantitativo permanente de avaliação do PAEF[10].

No período em análise, nas EPNR (excluindo o Sector da Saúde) observou-se uma redução de cerca de 0,6 M€, destacando-se o contributo da NAV e da STCP, cujo volume dos pagamentos em atraso passou de 0,5 M€ para 0,2 M€ em cada uma das empresas.

Constata-se, assim que, entre as Empresas Públicas Não Financeiras (excluindo o Sector da Saúde), o peso dos pagamentos em atraso, quando comparado com o montante das aquisições, decresceu de 22,7% em 2013 para 0,3% em 2014, tendo subjacente uma diminuição dos pagamentos em atraso.

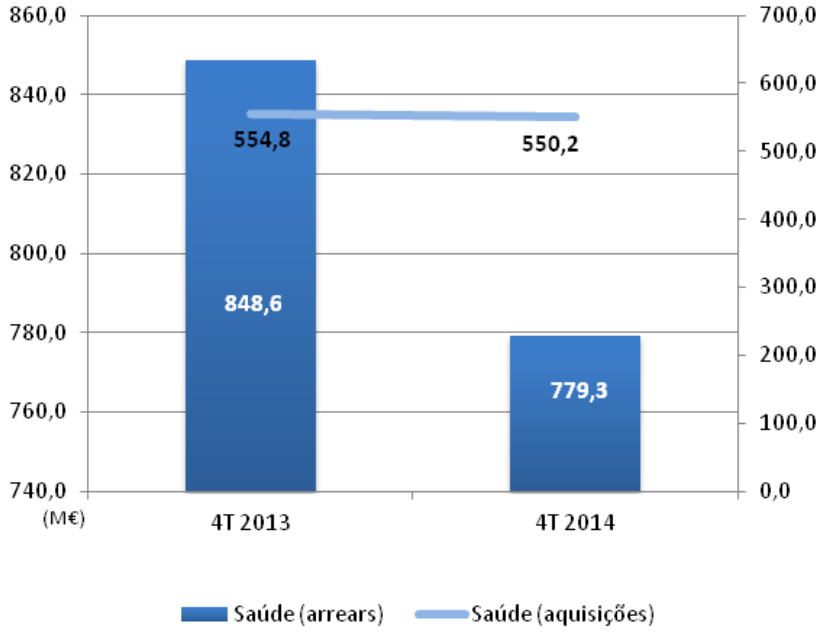
Gráfico 5.1. – Pagamentos em atraso ("arrears") – EPNR e EPR s/ Sector da Saúde



No Sector da Saúde verificou-se, à semelhança do observado em trimestres anteriores, uma diminuição do volume dos pagamentos em atraso em 69,3 M€, tendo passado de 848,6 M€ para 779,3 M€, o que reflete ainda, essencialmente, o efeito do Programa Extraordinário de Regularização de Dívidas do Serviço Nacional de Saúde[11] (PERD 2013), que permitiu regularizar valores em dívida e negociar prazos de pagamento mais favoráveis com os maiores fornecedores dos hospitais. Para esta evolução contribuiu, igualmente, o prosseguimento de políticas de contenção de gastos.

[9] Note-se que neste capítulo apenas se irá comparar o trimestre em análise com o período homólogo do ano anterior.
[10] A Lei do Orçamento do Estado para 2014, aprovada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, no n.º 1 do artigo 256.º estabelece que "*mantêm-se até 31 de dezembro de 2014 todas as medidas e os efeitos, de natureza temporária, previstos em lei ou regulamentação que se encontrem diretamente dependentes da vigência do PAEF*".
[11] Aplicou-se, em regra, durante o último trimestre de 2013.

Gráfico 5.2. – Pagamentos em atraso ("arrears") – Sector da Saúde



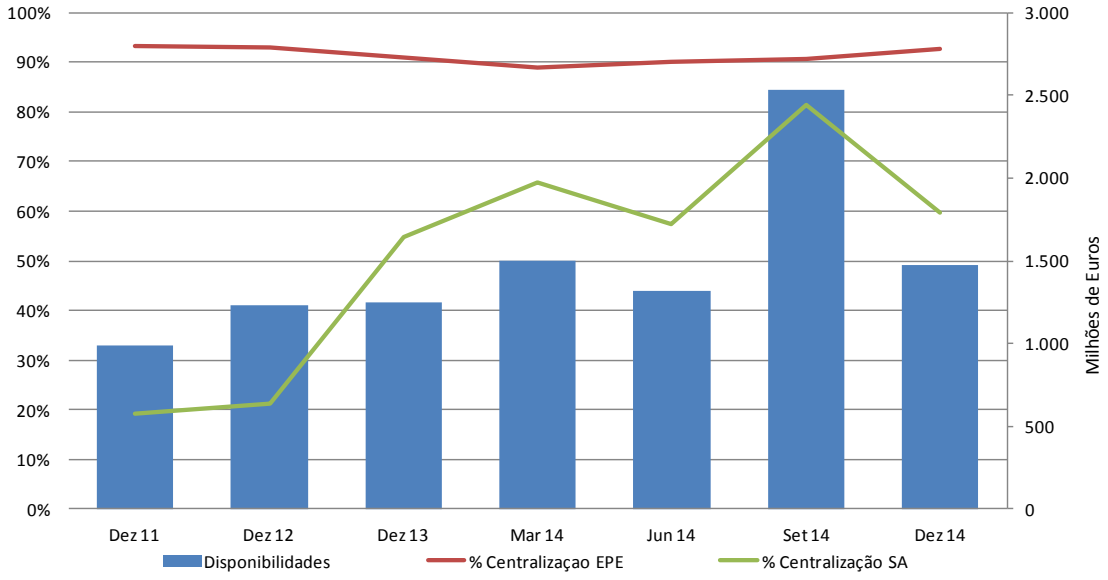
6. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

O Programa de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 previu pela primeira vez a obrigatoriedade de todas as EPNF, Sociedades Anónimas (SA) ou Entidades Públicas Empresariais (EPE), manterem as suas disponibilidades e aplicações financeiras junto do IGCP. Esta orientação foi concretizada, em final de 2010, mantendo-se em vigor desde então através de normas orçamentais. Salienta-se o facto de as EPE estarem obrigadas ao cumprimento do Princípio da Unidade da Tesouraria do Estado (UTE) desde 2005.

Com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico do Sector Público Empresarial as empresas passaram a estar obrigadas ao cumprimento do Princípio da UTE e à divulgação de informação adicional junto desta Direção-Geral.

No âmbito do desenvolvimento do acompanhamento das empresas com vista à avaliação do cumprimento do Princípio da UTE, passou a ser recolhida informação através da plataforma SIRIEF de forma sistemática. A presente secção divulga a informação recolhida relativamente às empresas abrangidas no universo de reporte deste boletim.

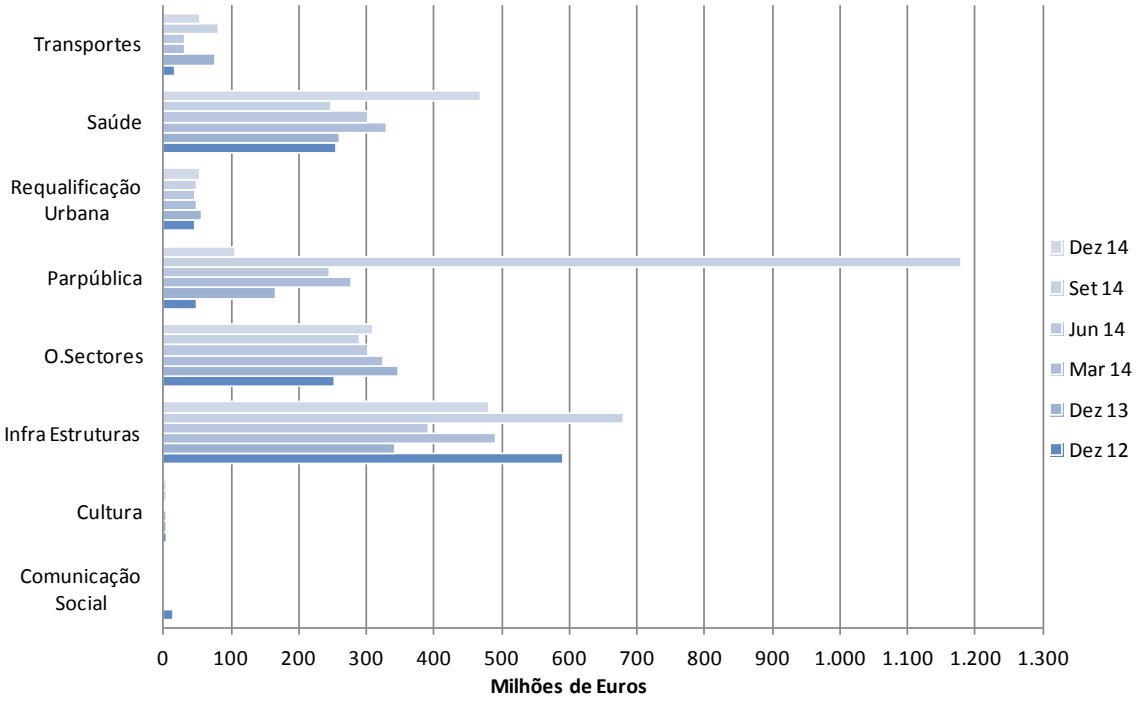
Tabela 6.1. - Centralização das disponibilidades por tipo de empresa



Fonte: SIRIEF

No 4.º trimestre de 2014, as SA apresentaram uma taxa de centralização que ronda os 59,6%, representando um decréscimo de 21,8% face ao final do terceiro trimestre, sendo explicado por um decréscimo global das disponibilidades da Parpública, as quais se encontravam depositadas no IGCP. Note-se que no 4.º trimestre, as Empresas Parpública representavam apenas 7,2% do total dos fundos depositados pelas empresas do SEE no IGCP, contra os 45,8% no anterior trimestre.

Tabela 6.2. - Fundos centralizados no IGCP por sector de atividade

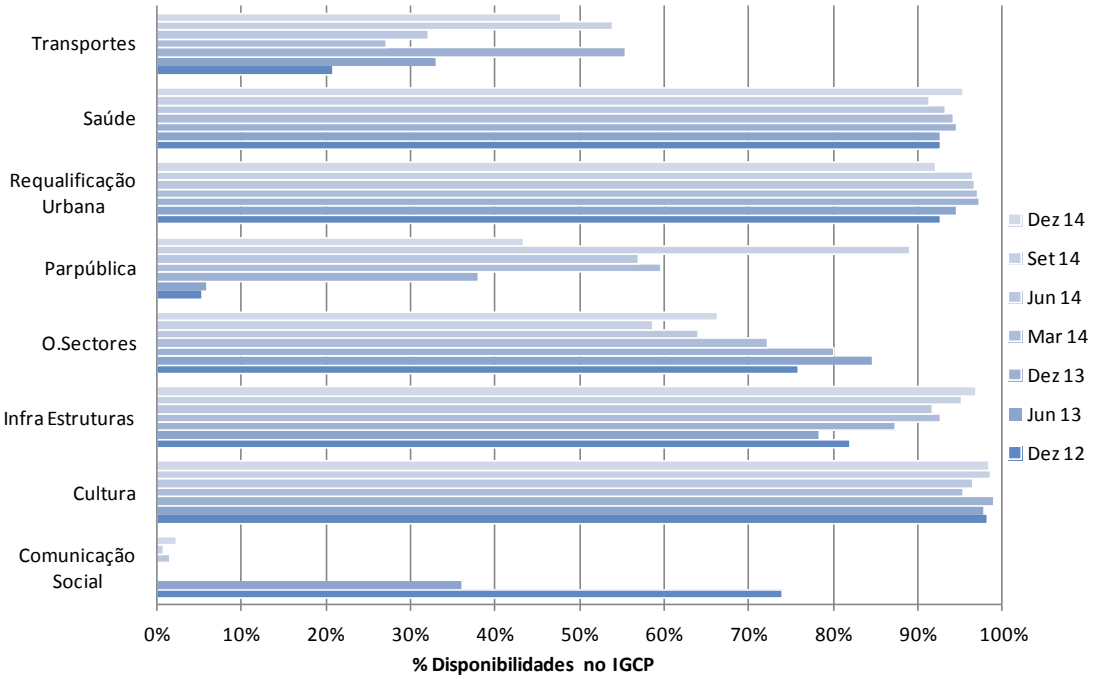


Fonte: SIRIEF

No entanto, numa análise dos fundos centralizados no IGCP, por sector de atividade, excluindo o efeito da variação das disponibilidades da Parpública, verifica-se que as Infraestruturas assumem particular relevância, onde a Parque Escolar assume um peso significativo.

Os sectores mais expressivos em termos de percentagem de centralização de fundos no IGCP continuam a ser os da Cultura, Saúde, e Requalificação Urbana e Ambiental.

Tabela 6.3. - Centralização de disponibilidades por sector de atividade



Fonte: SIRIEF

De notar que o sector dos Transportes apresenta reduzidas disponibilidades correspondentes a baixos níveis de liquidez existentes no sector.

ANEXOS

A – UNIVERSO SEE ANALISADO

Comunicação Social
- Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA
- RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA[1]

Cultura
- OPART - Organismo de Produção Artística, EPE[1]
- Teatro Nacional D. Maria II, EPE
- Teatro Nacional S. João, EPE[1]

Gestão de Infraestruturas

Infraestruturas Aéreas
- Navegação Aérea de Portugal - NAV Portugal EPE

Infraestruturas Ferroviária
- REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE[1]

Infraestruturas Portuárias
- APA - Administração do Porto de Aveiro, SA
- APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA
- APL - Administração do Porto de Lisboa, SA
- APS - Administração do Porto de Sines, SA
- APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, SA

Infraestruturas Rodoviárias
- EP - Estradas de Portugal, SA[1]

Outras Infraestruturas
- Docapesca - Portos e Lotas, SA
- EDIA - Empresa Desenv.Infraest Alqueva, SA[1]
- Parque Escolar, EPE[1]

Requalificação Urbana
- Polis Litoral Norte, SA[1]
- Polis Litoral Ria Aveiro, SA[1]
- Polis Litoral Ria Formosa, SA[1]
- Polis Litoral Sudoeste, SA[1]
- VianaPolis-Soc.Des.Progra. Polis Viana do Castelo, SA[1]

Transportes
- Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA
- CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EPE[1]
- Metro do Mondego, SA[1]
- Metro do Porto, SA[1]
- Metropolitano de Lisboa, EPE[1]
- STCP - Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA
- Transtejo - Transportes do Tejo, SA[1]

Parpública
- Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA[1]
- AdP Águas de Portugal, SGPS, SA
- Baía do Tejo, SA
- CE Circuito Estoril, SA
- Companhia das Lezírias, SA
- Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA
- Lazer&Floresta Empresa de Desenvolvimento Agro Florestal, Imobiliário e Cin
- Sagestamo Sociedade Gestora de participações Sociais Imob., SGPS, SA[1]
- SIMAB Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA
- SPE Sociedade Portuguesa de Empreendimento, SA[1]
- TAP, SA

Saúde
- Centro Hospitalar Barreiro Montijo, EPE[1]
- Centro Hospitalar Cova da Beira, EPE[1]
- Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, EPE[1]
- Centro Hospitalar de Leiria, EPE[1]
- Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE[1]
- Centro Hospitalar de Lisboa Norte, EPE[1]
- Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE[1]
- Centro Hospitalar de São João, EPE[1]
- Centro Hospitalar de Setúbal, EPE[1]
- Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE[1]
- Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, EPE[1]
- Centro Hospitalar do Algarve, EPE[1]
- Centro Hospitalar do Alto Ave, EPE[1]
- Centro Hospitalar do Baixo Vouga, EPE[1]
- Centro Hospitalar do Médio Ave, EPE[1]
- Centro Hospitalar do Médio Tejo, EPE[1]
- Centro Hospitalar do Porto, EPE[1]
- Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, EPE[1]
- Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE[1]
- Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, EPE[1]
- Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE[1]
- Hospital de Magalhães Lemos, EPE[1]
- Hospital Distrital da Figueira da Foz, EPE[1]
- Hospital Distrital de Santarém, EPE[1]
- Hospital do Espirito Santo de Évora, EPE[1]
- Hospital Garcia da Orta, EPE[1]
- Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, EPE[1]
- Hospital Santa Maria Maior, EPE[1]
- IPO - Coimbra, EPE[1]
- IPO - Lisboa, EPE[1]
- IPO - Porto, EPE[1]
- Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE[1]
- Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, EPE[1]
- Unidade Local de Saúde de Matosinhos, EPE[1]
- Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE[1]
- Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE[1]
- Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE[1]
- Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE[1]
- Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, EPE[1]

Outros Sectores
- AICEP - Agência para Investimento Comércio Externo de Portugal, EPE[1]
- EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SGPS, SA
- Empordef - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, SA[1]
- ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, EPE[1]
- SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE[1]

(1) Entidades públicas reclassificadas (EPR).

B – ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro B.1 - Rendimentos Operacionais

Unid: Milhares de euros

	Volume de Negócios				Subsídios à Exploração				Var. nos Inventários de Produção e Trabalhos para a Própria Entidade			
	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social												
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	14.594	14.311	283	2,0%	-	21	- 21	- 100,0%	-	-	-	-
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	212.750	191.669	21.080	11,0%	199	42.356	- 42.157	- 99,5%	-	-	-	-
subtotal	*227.344*	*205.980*	*21.364*	*10,4%*	*199*	*42.376*	*- 42.177*	*- 99,5%*	-	-	-	-
Cultura												
subtotal	*4.821*	*4.886*	*- 65*	*- 1,3%*	*22.241*	*20.108*	*2.132*	*10,6%*	*- 39*	*203*	*- 242*	*- 119,3%*
Infraestruturas												
Administração Portuária	142.332	145.076	- 2.743	- 1,9%	728	244	484	198,6%	189	650	- 461	- 70,9%
EP - Estradas de Portugal, SA	934.617	1.100.003	- 165.386	- 15,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
Parque Escolar, EPE	68.484	53.207	15.277	28,7%	-	-	-	-	1.595	2.583	- 988	- 38,3%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	99.708	100.121	- 413	- 0,4%	40.493	43.700	- 3.207	- 7,3%	-	-	-	-
Outros	206.278	212.986	- 6.709	- 3,1%	427	823	- 396	- 48,1%	72.352	33.675	38.677	114,9%
subtotal	*1.451.418*	*1.611.392*	*- 159.975*	*- 9,9%*	*41.648*	*44.767*	*- 3.118*	*- 7,0%*	*74.136*	*36.908*	*37.228*	*100,9%*
Requalificação Urbana												
subtotal	-	-	-	-	*1*	*1*	*0*	*2,8%*	*2.029*	*2.383*	*- 354*	*- 14,8%*
Saúde												
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	356.681	376.430	- 19.749	- 5,2%	32	-	32	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar de São João, EPE	298.602	295.731	2.871	1,0%	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar do Porto, EPE	253.006	234.125	18.882	8,1%	29	57	- 28	- 49,2%	-	-	-	-
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	394.289	368.436	25.853	7,0%	410	772	- 363	- 47,0%	-	-	-	-
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	362.388	311.981	50.406	16,2%	1.231	1.237	- 6	- 0,5%	1.669	-	1.669	-
Outros	2.830.840	2.723.382	107.458	3,9%	7.872	2.329	5.543	238,0%	78	-	78	-
subtotal	*4.495.805*	*4.310.084*	*185.721*	*4,3%*	*9.574*	*4.396*	*5.178*	*117,8%*	*1.747*	-	*1.747*	-
Transportes												
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	90.193	88.924	1.269	1,4%	7.198	22.289	- 15.092	- 67,7%	179	167	11	6,8%
CP - Comboios de Portugal, EPE	239.759	229.698	10.061	4,4%	17.905	34.384	- 16.479	- 47,9%	-	-	-	-
Metro do Porto, SA	50.673	48.509	2.164	4,5%	8.046	11.536	- 3.490	- 30,3%	-	-	-	-
Metropolitano de Lisboa, EPE	89.848	81.088	8.760	10,8%	34.878	45.364	- 10.485	- 23,1%	1.551	1.945	- 394	- 20,2%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	45.511	46.321	- 810	- 1,7%	4.862	11.832	- 6.971	- 58,9%	-	1	- 1	- 100,0%
Outros	14.832	14.773	59	0,4%	8.495	7.677	818	10,7%	543	621	- 78	- 12,6%
subtotal	*530.817*	*509.315*	*21.503*	*4,2%*	*81.384*	*133.082*	*- 51.698*	*- 38,8%*	*2.273*	*2.734*	*- 461*	*- 16,9%*
Outros												
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	77.668	219.427	- 141.759	- 64,6%	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	51.304	67.514	- 16.210	- 24,0%	307	-	307	-	818	874	- 56	- 6,4%
subtotal	*128.972*	*286.942*	*- 157.970*	*- 55,1%*	*307*	-	*307*	-	*818*	*874*	*- 56*	*- 6,4%*
Empresas Parpública												
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AdP Águas de Portugal, SGPS, SA	11.320	11.263	57	0,5%	-	-	-	-	-	-	-	-
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	83.995	75.900	8.095	10,7%	-	1	- 1	- 100,0%	2.415	- 2.117	4.532	214,1%
TAP, SA	2.442.181	2.427.846	14.335	0,6%	1.137	3.852	- 2.715	- 70,5%	9.684	- 3.479	13.163	378,4%
Outros	15.837	18.920	- 3.083	- 16,3%	2.050	1.829	221	12,1%	- 2.710	- 2.455	- 255	- 10,4%
subtotal	*2.553.333*	*2.533.929*	*19.404*	*0,8%*	*3.187*	*5.682*	*- 2.495*	*- 43,9%*	*9.389*	*- 8.051*	*17.440*	*216,6%*
Total SEE	**9.392.510**	**9.462.528**	**- 70.018**	**- 0,7%**	**158.541**	**250.413**	**- 91.872**	**- 36,7%**	**90.352**	**35.050**	**55.302**	**157,8%**

Fonte: SIRIEF

Quadro B.2 - Gastos Operacionais

Unid: Milhares de euros

	Gastos com Pessoal				Fornecimentos e Serviços Externos				CMVMC			
	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social												
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	10.311	11.030	- 719	- 6,5%	3.868	3.902	- 34	- 0,9%	-	-	-	-
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	75.809	80.726	- 4.916	- 6,1%	38.660	35.630	3.030	8,5%	84.060	68.453	15.607	22,8%
subtotal	*86.120*	*91.755*	*- 5.635*	*- 6,1%*	*42.528*	*39.532*	*2.996*	*7,6%*	*84.060*	*68.453*	*15.607*	*22,8%*
Cultura												
subtotal	*18.325*	*19.175*	*- 850*	*- 4,4%*	*6.611*	*6.857*	*- 246*	*- 3,6%*	*20*	*21*	*- 0*	*- 1,6%*
Infraestruturas												
Administração Portuária	49.131	49.999	- 867	- 1,7%	27.067	25.077	1.990	7,9%	3.174	3.128	46	1,5%
EP - Estradas de Portugal, SA	33.251	34.691	- 1.440	- 4,2%	156.159	163.113	- 6.954	- 4,3%	256.985	388.584	- 131.599	- 33,9%
Parque Escolar, EPE	7.650	9.927	- 2.277	- 22,9%	6.522	6.801	- 279	- 4,1%	-	-	-	-
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	81.409	90.559	- 9.151	- 10,1%	95.456	94.404	1.052	1,1%	5.100	6.402	- 1.301	- 20,3%
Outros	135.719	143.005	- 7.286	- 5,1%	97.445	56.340	41.105	73,0%	1.957	2.499	- 543	- 21,7%
subtotal	*307.161*	*328.182*	*- 21.021*	*- 6,4%*	*382.649*	*345.735*	*36.914*	*10,7%*	*267.216*	*400.613*	*- 133.397*	*- 33,3%*
Requalificação Urbana												
subtotal	*196*	*159*	*37*	*23,2%*	*3.070*	*3.261*	*- 191*	*- 5,9%*	-	-	-	-
Saúde												
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	204.543	210.925	- 6.382	- 3,0%	50.242	51.163	- 921	- 1,8%	135.786	135.848	- 62	- 0,0%
Centro Hospitalar de São João, EPE	157.987	157.037	950	0,6%	38.547	38.244	303	0,8%	115.407	112.827	2.580	2,3%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	119.673	119.650	23	0,0%	22.483	26.971	- 4.488	- 16,6%	107.174	103.011	4.163	4,0%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	216.528	220.666	- 4.139	- 1,9%	50.393	52.971	- 2.577	- 4,9%	133.604	144.674	- 11.071	- 7,7%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	170.362	180.171	- 9.809	- 5,4%	57.164	58.775	- 1.611	- 2,7%	152.977	158.226	- 5.250	- 3,3%
Outros	1.635.749	1.607.385	28.364	1,8%	581.815	550.331	31.483	5,7%	750.347	725.987	24.359	3,4%
subtotal	*2.504.841*	*2.495.834*	*9.007*	*0,4%*	*800.644*	*778.455*	*22.189*	*2,9%*	*1.395.293*	*1.380.573*	*14.720*	*1,1%*
Transportes												
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	56.480	47.727	8.753	18,3%	20.408	19.871	537	2,7%	17.869	19.124	- 1.255	- 6,6%
CP - Comboios de Portugal, EPE	103.342	98.037	5.305	5,4%	169.939	166.757	3.182	1,9%	7.716	8.478	- 762	- 9,0%
Metro do Porto, SA	4.699	4.892	- 194	- 4,0%	58.358	55.703	2.655	4,8%	-	-	-	-
Metropolitano de Lisboa, EPE	67.674	86.398	- 18.724	- 21,7%	31.042	31.880	- 837	- 2,6%	2.640	2.150	489	22,7%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	30.117	31.638	- 1.521	- 4,8%	21.673	24.847	- 3.173	- 12,8%	1.078	1.341	- 264	- 19,7%
Outros	11.983	13.421	- 1.438	- 10,7%	8.951	9.069	- 119	- 1,3%	7.956	8.826	- 870	- 9,9%
subtotal	*274.295*	*282.113*	*- 7.818*	*- 2,8%*	*310.372*	*308.127*	*2.244*	*0,7%*	*37.258*	*39.920*	*- 2.662*	*- 6,7%*
Outros												
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	322	335	- 14	- 4,1%	23.424	22.746	678	3,0%	23.003	69.987	- 46.984	- 67,1%
Outros	30.497	31.897	- 1.400	- 4,4%	30.560	38.177	- 7.617	- 20,0%	-	-	-	-
subtotal	*30.818*	*32.232*	*- 1.414*	*- 4,4%*	*53.984*	*60.923*	*- 6.939*	*- 11,4%*	*23.003*	*69.987*	*- 46.984*	*- 67,1%*
Empresas Parpública												
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	1.934	2.200	- 266	- 12,1%	2.125	2.832	- 707	- 25,0%	-	-	-	-
AdP Águas de Portugal, SGPS, SA	4.393	4.341	52	1,2%	4.810	5.881	- 1.070	- 18,2%	-	-	-	-
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	20.550	21.670	- 1.119	- 5,2%	12.516	12.882	- 366	- 2,8%	21.087	15.957	5.130	32,1%
TAP, SA	469.265	457.866	11.398	2,5%	1.823.159	1.728.899	94.260	5,5%	105.184	83.482	21.702	26,0%
Outros	8.196	8.086	110	1,4%	9.723	10.214	- 491	- 4,8%	2.920	3.010	- 90	- 3,0%
subtotal	*504.337*	*494.163*	*10.174*	*2,1%*	*1.852.333*	*1.760.708*	*91.626*	*5,2%*	*129.190*	*102.449*	*26.741*	*26,1%*
Total SEE	**3.726.094**	**3.743.614**	**- 17.520**	**- 0,5%**	**3.452.192**	**3.303.599**	**148.593**	**4,5%**	**1.936.040**	**2.062.016**	**- 125.976**	**- 6,1%**

Fonte: SIRIEF

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direção-Geral do Tesouro e Finanças

Quadro B.3 - Evolução do EBITDA e Margem de EBITDA

Unid: Milhares de euros

	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	Margem EBITDA 4.º trim 2014	Margem EBITDA 4.º trim 2013	Dif. 14-13 (p.p.)
Comunicação Social							
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	357	- 626	983	157,1%	2,4%	- 4,4%	6,8
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	9.514	32.845	- 23.332	- 71,0%	4,5%	17,1%	- 12,7
subtotal	*9.871*	*32.220*	*- 22.349*	*- 69,4%*	4,3%	15,6%	- 11,3
Cultura							
subtotal	*1.733*	*1.234*	*498*	*40,4%*	35,9%	25,3%	10,7
Infraestruturas							
Administração Portuária	110.931	106.955	3.976	3,7%	77,9%	73,7%	4,2
EP - Estradas de Portugal, SA	529.584	553.988	- 24.404	- 4,4%	56,7%	50,4%	6,3
Parque Escolar, EPE	70.762	70.873	- 111	- 0,2%	103,3%	133,2%	- 29,9
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	- 38.941	- 36.737	- 2.204	- 6,0%	- 39,1%	- 36,7%	- 2,4
Outros	46.934	37.862	9.072	24,0%	22,8%	17,8%	5,0
subtotal	*719.269*	*732.940*	*- 13.670*	*- 1,9%*	49,6%	45,5%	4,1
Requalificação Urbana							
subtotal	*- 45*	*516*	*- 561*	*- 108,8%*	-	-	-
Saúde							
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	- 22.003	- 631	- 21.372	- 3386,4%	- 6,2%	- 0,2%	- 6,0
Centro Hospitalar de São João, EPE	10.023	9.503	520	5,5%	3,4%	3,2%	0,1
Centro Hospitalar do Porto, EPE	11.384	- 1.380	12.763	925,1%	4,5%	- 0,6%	5,1
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	5.177	- 21.099	26.275	124,5%	1,3%	- 5,7%	7,0
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	9.000	- 58.101	67.100	115,5%	2,5%	- 18,6%	21,1
Outros	- 9.421	13.496	- 22.917	- 169,8%	- 0,3%	0,5%	- 0,8
subtotal	*4.159*	*- 58.211*	*62.370*	*107,1%*	0,1%	- 1,4%	1,4
Transportes					-	-	-
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	- 9.573	19.871	- 29.445	- 148,2%	- 10,6%	22,3%	- 33,0
CP - Comboios de Portugal, EPE	106.518	52.117	54.400	104,4%	44,4%	22,7%	21,7
Metro do Porto, SA	- 140.328	- 6.948	- 133.379	- 1919,7%	- 276,9%	- 14,3%	- 262,6
Metropolitano de Lisboa, EPE	- 1.111	50.401	- 51.512	- 102,2%	- 1,2%	62,2%	- 63,4
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	- 2.302	- 634	- 1.668	- 263,0%	- 5,1%	- 1,4%	- 3,7
Outros	- 2.944	- 7.557	4.614	61,0%	- 19,8%	- 51,2%	31,3
subtotal	*- 49.739*	*107.250*	*- 156.990*	*- 146,4%*	- 9,4%	21,1%	- 30,4
Outros							
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	28.418	125.307	- 96.889	- 77,3%	36,6%	57,1%	- 20,5
Outros	- 1.619	3.951	- 5.569	- 141,0%	- 3,2%	5,9%	- 9,0
subtotal	*26.799*	*129.258*	*- 102.459*	*- 79,3%*	20,8%	45,0%	- 24,3
Empresas Parpública							
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	- 199.463	820.684	- 1.020.147	- 124,3%	-	-	-
AdP Águas de Portugal, SGPS, SA	- 443	464	- 907	- 195,6%	- 3,9%	4,1%	- 8,0
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	29.186	24.687	4.499	18,2%	34,7%	32,5%	2,2
TAP, SA	69.572	153.716	- 84.144	- 54,7%	2,8%	6,3%	- 3,5
Outros	3.843	- 36.036	39.879	110,7%	24,3%	- 190,5%	214,7
subtotal	*- 97.305*	*963.515*	*- 1.060.821*	*- 110,1%*	- 3,8%	38,0%	- 41,8
Total SEE	**614.741**	**1.908.722**	**- 1.293.981**	**- 67,8%**	**6,5%**	**20,2%**	**- 13,6**

Fonte: SIRIEF

Quadro B.4 - Resultados Operacionais

Unid: Milhares de euros

	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social				
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	- 85	- 1.077	992	92,2%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	560	25.578	- 25.019	- 97,8%
subtotal	*475*	*24.501*	*- 24.026*	*- 98,1%*
Cultura				
subtotal	*1.120*	*622*	*498*	*80,0%*
Infraestruturas				
Administração Portuária	55.819	46.061	9.758	21,2%
EP - Estradas de Portugal, SA	346.774	350.702	- 3.928	- 1,1%
Parque Escolar, EPE	10.154	13.052	- 2.898	- 22,2%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	- 42.047	- 39.499	- 2.548	- 6,5%
Outros	39.768	11.088	28.679	258,6%
subtotal	*410.467*	*381.405*	*29.063*	*7,6%*
Requalificação Urbana				
subtotal	*- 72*	*479*	*- 551*	*- 114,9%*
Saúde				
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	- 32.821	- 13.826	- 18.995	- 137,4%
Centro Hospitalar de São João, EPE	1.310	143	1.168	819,3%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	6.645	- 6.741	13.385	198,6%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	- 3.435	- 29.710	26.275	88,4%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	- 2.572	- 70.535	67.962	96,4%
Outros	- 110.886	- 90.709	- 20.177	- 22,2%
subtotal	*- 141.758*	*- 211.378*	*69.620*	*32,9%*
Transportes				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	- 25.546	1.034	- 26.580	- 2570,6%
CP - Comboios de Portugal, EPE	36.747	- 19.703	56.450	286,5%
Metro do Porto, SA	- 199.366	- 65.986	- 133.379	- 202,1%
Metropolitano de Lisboa, EPE	- 28.043	22.624	- 50.666	- 224,0%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	- 7.873	- 6.425	- 1.447	- 22,5%
Outros	- 6.009	- 11.064	5.055	45,7%
subtotal	*- 230.089*	*- 79.521*	*- 150.568*	*- 189,3%*
Outros				
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	28.393	125.303	- 96.910	- 77,3%
Outros	- 2.000	3.525	- 5.525	- 156,7%
subtotal	*26.393*	*128.828*	*- 102.435*	*- 79,5%*
Empresas Parpública				
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	- 199.483	820.643	- 1.020.126	- 124,3%
AdP Águas de Portugal, SGPS, SA	- 445	463	- 908	- 196,0%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	24.399	19.513	4.885	25,0%
TAP, SA	- 6.503	51.699	- 58.201	- 112,6%
Outros	1.671	- 40.181	41.853	104,2%
subtotal	*- 180.360*	*852.136*	*- 1.032.497*	*- 121,2%*
Total SEE	**- 113.823**	**1.097.073**	**- 1.210.896**	**- 110,4%**

Fonte: SIRIEF

Quadro B.5 - Resultados Financeiros

Unid: Milhares de euros

	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social				
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	- 37	- 22	- 15	- 68,2%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	40.584	- 9.051	49.635	548,4%
subtotal	*40.548*	*- 9.072*	*49.620*	*546,9%*
Cultura				
subtotal	*- 29*	*- 11*	*- 18*	*- 170,7%*
Infraestruturas				
Administração Portuária	- 5.175	- 6.899	1.724	25,0%
EP - Estradas de Portugal, SA	- 332.473	- 324.623	- 7.850	- 2,4%
Parque Escolar, EPE	- 28.664	- 29.200	536	1,8%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	- 72.087	- 55.860	- 16.227	- 29,0%
Outros	- 9.327	- 10.530	1.203	11,4%
subtotal	*- 447.726*	*- 427.112*	*- 20.614*	*- 4,8%*
Requalificação Urbana				
subtotal	*72*	*- 478*	*550*	*115,1%*
Saúde				
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	5.193	- 1.580	6.773	428,6%
Centro Hospitalar de São João, EPE	10	-	10	-
Centro Hospitalar do Porto, EPE	664	205	459	223,2%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	-	- 100	100	100,0%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	-	-	-	-
Outros	- 27	- 4.560	4.533	99,4%
subtotal	*5.840*	*- 6.034*	*11.874*	*196,8%*
Transportes				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	- 34.462	- 8.629	- 25.834	- 299,4%
CP - Comboios de Portugal, EPE	- 198.829	- 206.524	7.695	3,7%
Metro do Porto, SA	- 111.314	18.419	- 129.734	- 704,3%
Metropolitano de Lisboa, EPE	- 15.141	- 37.844	22.703	60,0%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	- 44.171	- 8.758	- 35.413	- 404,4%
Outros	- 4.866	- 8.862	3.996	45,1%
subtotal	*- 408.784*	*- 252.198*	*- 156.586*	*- 62,1%*
Outros				
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	- 1.658	- 125.300	123.642	98,7%
Outros	- 282	- 1.799	1.517	84,3%
subtotal	*- 1.940*	*- 127.099*	*125.159*	*98,5%*
Empresas Parpública				
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	- 232.877	- 235.270	2.393	1,0%
AdP Águas de Portugal, SGPS, SA	51.441	77.116	- 25.675	- 33,3%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	- 12	- 220	208	94,7%
TAP, SA	- 39.609	- 22.281	- 17.329	- 77,8%
Outros	1.359	870	489	56,2%
subtotal	*- 219.698*	*- 179.784*	*- 39.913*	*- 22,2%*
Total SEE	**- 1.031.717**	**- 1.001.788**	**- 29.929**	**- 3,0%**

Fonte: SIRIEF

Quadro B.6 - Resultados Líquidos

Unid: Milhares de euros

	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social				
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	- 802	- 1.018	215	21,2%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	37.044	15.528	21.516	138,6%
subtotal	*36.242*	*14.510*	*21.732*	*149,8%*
Cultura				
subtotal	*1.003*	*533*	*470*	*88,1%*
Infraestruturas				
Administração Portuária	38.568	27.748	10.820	39,0%
EP - Estradas de Portugal, SA	11.640	14.764	- 3.124	- 21,2%
Parque Escolar, EPE	- 18.580	- 16.222	- 2.358	- 14,5%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	- 95.765	- 89.136	- 6.629	- 7,4%
Outros	21.890	- 5.065	26.956	532,2%
subtotal	*- 42.246*	*- 67.912*	*25.666*	*37,8%*
Requalificação Urbana				
subtotal	*- 0*	*- 0*	*- 0*	*- 50,0%*
Saúde				
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	- 27.678	- 15.456	- 12.221	- 79,1%
Centro Hospitalar de São João, EPE	1.305	130	1.175	904,6%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	7.309	- 6.554	13.863	211,5%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	- 3.435	- 29.846	26.411	88,5%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	- 2.572	- 70.565	67.992	96,4%
Outros	- 117.887	- 103.645	- 14.242	- 13,7%
subtotal	*- 142.959*	*- 225.936*	*82.977*	*36,7%*
Transportes				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	- 59.211	- 7.039	- 52.172	- 741,2%
CP - Comboios de Portugal, EPE	- 159.869	- 226.517	66.647	29,4%
Metro do Porto, SA	- 310.680	- 47.618	- 263.062	- 552,4%
Metropolitano de Lisboa, EPE	- 43.184	- 15.308	- 27.876	- 182,1%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	- 52.058	- 15.224	- 36.834	- 242,0%
Outros	- 10.877	- 19.943	9.067	45,5%
subtotal	*- 635.879*	*- 331.648*	*- 304.231*	*- 91,7%*
Outros				
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	22.639	- 11.894	34.533	290,3%
Outros	- 4.264	- 316	- 3.948	- 1250,6%
subtotal	*18.375*	*- 12.210*	*30.585*	*250,5%*
Empresas Parpública				
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	- 432.360	585.351	- 1.017.711	- 173,9%
AdP Águas de Portugal, SGPS, SA	47.981	66.590	- 18.609	- 27,9%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	17.537	14.513	3.024	20,8%
TAP, SA	- 46.358	34.005	- 80.363	- 236,3%
Outros	5.658	- 38.338	43.996	114,8%
subtotal	*- 407.543*	*662.121*	*- 1.069.663*	*- 161,6%*
Total SEE	**- 1.173.007**	**39.458**	**- 1.212.464**	**- 3072,8%**

Fonte: SIRIEF

C – ANÁLISE PATRIMONIAL

Quadro C.1 - Ativo e Passivo

Unid: Milhares de euros

	Ativo				Passivo			
	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social								
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	12.350	13.630	- 1.280	- 9,4%	6.910	7.429	- 519	- 7,0%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	333.564	357.592	- 24.029	- 6,7%	364.405	425.438	- 61.032	- 14,3%
subtotal	*345.914*	*371.223*	*- 25.308*	*- 6,8%*	*371.315*	*432.866*	*- 61.551*	*- 14,2%*
Cultura								
subtotal	*9.794*	*8.791*	*1.003*	*11,4%*	*7.183*	*7.883*	*- 700*	*- 8,9%*
Infraestruturas								
Administração Portuária	1.796.613	1.809.606	- 12.993	- 0,7%	536.939	572.318	- 35.378	- 6,2%
EP - Estradas de Portugal, SA	20.434.023	19.720.727	713.296	3,6%	17.927.850	18.747.790	- 819.940	- 4,4%
Parque Escolar, EPE	2.350.625	2.395.150	- 44.525	- 1,9%	1.520.009	1.554.570	- 34.561	- 2,2%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	5.546.795	5.385.497	161.298	3,0%	6.586.413	7.364.150	- 777.737	- 10,6%
Outros	1.011.780	929.774	82.006	8,8%	1.380.631	1.320.743	59.888	4,5%
subtotal	*31.139.835*	*30.240.754*	*899.081*	*3,0%*	*27.951.843*	*29.559.571*	*- 1.607.728*	*- 5,4%*
Requalificação Urbana								
subtotal	*230.556*	*213.898*	*16.658*	*7,8%*	*43.246*	*43.020*	*225*	*0,5%*
Saúde								
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	230.272	210.610	19.661	9,3%	248.738	331.577	- 82.838	- 25,0%
Centro Hospitalar de São João, EPE	238.239	494.130	- 255.891	- 51,8%	96.820	356.090	- 259.270	- 72,8%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	201.523	185.413	16.110	8,7%	162.682	164.313	- 1.632	- 1,0%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	1.985.605	180.023	1.805.582	1003,0%	1.958.057	178.322	1.779.735	998,0%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	1.013.431	691.451	321.980	46,6%	1.001.040	760.642	240.398	31,6%
Outros	5.980.151	4.009.800	1.970.351	49,1%	5.000.666	3.575.206	1.425.460	39,9%
subtotal	*9.649.222*	*5.771.429*	*3.877.792*	*67,2%*	*8.468.002*	*5.366.150*	*3.101.852*	*57,8%*
Transportes								
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	111.243	117.123	- 5.880	- 5,0%	1.035.525	987.650	47.875	4,8%
CP - Comboios de Portugal, EPE	969.980	1.028.848	- 58.868	- 5,7%	4.376.017	4.265.222	110.795	2,6%
Metro do Porto, SA	2.184.465	2.286.608	- 102.143	- 4,5%	4.302.784	4.075.185	227.599	5,6%
Metropolitano de Lisboa, EPE	5.081.115	4.804.179	276.937	5,8%	5.031.769	5.258.426	- 226.657	- 4,3%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	91.707	90.949	758	0,8%	566.864	513.946	52.919	10,3%
Outros	98.421	103.442	- 5.021	- 4,9%	249.560	248.429	1.131	0,5%
subtotal	*8.536.930*	*8.431.149*	*105.782*	*1,3%*	*15.562.519*	*15.348.857*	*213.661*	*1,4%*
Outros								
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	403.274	387.140	16.135	4,2%	370.108	376.613	- 6.504	- 1,7%
Outros	711.032	641.010	70.022	10,9%	415.547	341.007	74.540	21,9%
subtotal	*1.114.306*	*1.028.149*	*86.157*	*8,4%*	*785.656*	*717.620*	*68.036*	*9,5%*
Empresas Parpública								
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	7.796.943	8.255.812	- 458.869	- 5,6%	5.200.751	5.209.775	- 9.024	- 0,2%
AdP Águas de Portugal, SGPS, SA	1.264.267	1.239.991	24.276	2,0%	661.414	651.587	9.827	1,5%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	130.711	161.602	- 30.892	- 19,1%	43.144	38.536	4.608	12,0%
TAP, SA	1.898.647	1.859.584	39.062	2,1%	1.879.494	1.745.593	133.901	7,7%
Outros	1.865.934	1.891.290	- 25.357	- 1,3%	523.119	551.906	- 28.788	- 5,2%
subtotal	*12.956.502*	*13.408.281*	*- 451.779*	*- 3,4%*	*8.307.921*	*8.197.397*	*110.524*	*1,3%*
Total SEE	**63.983.059**	**59.473.674**	**4.509.385**	**7,6%**	**61.497.685**	**59.673.365**	**1.824.319**	**3,1%**

Fonte: SIRIEF

Quadro C.2 – Rácio de Endividamento

Unid: Milhares de euros

	Financiamentos Obtidos				Financiamentos Obtidos / Ativo		
	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13 (p.p.)
Comunicação Social							
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	696	1.020	- 324	- 31,7%	5,6%	7,5%	- 1,8
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	77.620	73.384	4.236	5,8%	23,3%	20,5%	2,7
subtotal	*78.316*	*74.404*	*3.912*	*5,3%*	*22,6%*	*20,0%*	*2,6*
Cultura							
subtotal	*913*	*900*	*13*	*1,5%*	*9,3%*	*10,2%*	*- 0,9*
Infraestruturas							
Administração Portuária	145.558	160.789	- 15.232	- 9,5%	8,1%	8,9%	- 0,8
EP - Estradas de Portugal, SA	2.539.489	3.203.094	- 663.604	- 20,7%	12,4%	16,2%	- 3,8
Parque Escolar, EPE	1.125.360	1.140.000	- 14.640	- 1,3%	47,9%	47,6%	0,3
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	6.431.804	7.184.100	- 752.296	- 10,5%	116,0%	133,4%	- 17,4
Outros	742.758	729.452	13.306	1,8%	73,4%	78,5%	- 5,0
subtotal	*10.984.969*	*12.417.435*	*- 1.432.466*	*- 11,5%*	*35,3%*	*41,1%*	*- 5,8*
Requalificação Urbana							
subtotal	-	*111*	*- 111*	*- 100,0%*	-	*0,1%*	*- 0,1*
Saúde							
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	-	81.017	- 81.017	- 100,0%	-	38,5%	- 38,5
Centro Hospitalar de São João, EPE	-	-	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar do Porto, EPE	-	-	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	-	-	-	-	-	-	-
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	-	8.021	- 8.021	- 100,0%	-	1,2%	- 1,2
Outros	1.240	368.506	- 367.266	- 99,7%	0,0%	9,2%	- 9,2
subtotal	*1.240*	*457.544*	*- 456.304*	*- 99,7%*	*0,0%*	*7,9%*	*- 7,9*
Transportes							
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	813.320	776.721	36.599	4,7%	731,1%	663,2%	68,0
CP - Comboios de Portugal, EPE	4.134.441	3.807.787	326.654	8,6%	426,2%	370,1%	56,1
Metro do Porto, SA	3.220.741	3.180.620	40.121	1,3%	147,4%	139,1%	8,3
Metropolitano de Lisboa, EPE	4.165.906	4.269.479	- 103.573	- 2,4%	82,0%	88,9%	- 6,9
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	414.999	395.935	19.064	4,8%	452,5%	435,3%	17,2
Outros	185.041	178.127	6.914	3,9%	188,0%	172,2%	15,8
subtotal	*12.934.448*	*12.608.668*	*325.780*	*2,6%*	*151,5%*	*149,5%*	*2,0*
Outros							
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	360.082	360.019	63	0,0%	89,3%	93,0%	- 3,7
Outros	207.900	150.574	57.326	38,1%	29,2%	23,5%	5,7
subtotal	*567.982*	*510.593*	*57.389*	*11,2%*	*51,0%*	*49,7%*	*1,3*
Empresas Parpública							
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	4.046.235	4.221.192	- 174.957	- 4,1%	51,9%	51,1%	0,8
AdP Águas de Portugal, SGPS, SA	605.000	610.219	- 5.219	- 0,9%	47,9%	49,2%	- 1,4
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	-	-	-	-	-	-	-
TAP, SA	935.286	841.989	93.298	11,1%	49,3%	45,3%	4,0
Outros	475.606	495.587	- 19.981	- 4,0%	25,5%	26,2%	- 0,7
subtotal	*6.062.127*	*6.168.987*	*- 106.860*	*- 1,7%*	*46,8%*	*46,0%*	*0,8*
Total SEE	**30.629.996**	**32.238.642**	**- 1.608.647**	**- 5,0%**	**47,9%**	**54,2%**	**- 6,3**

Fonte: SIRIEF

D – PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES

Unid: Dias

	4.º trim 2014	4.º trim 2013	Dif. 14-13	Δ%
Comunicação Social				
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA	16	15	1	6,7%
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, SA	80	87	-7	- 8,0%
subtotal	*78*	*84*	*-6*	*- 7,1%*
Cultura				
subtotal	*35*	*72*	*-37*	*- 51,4%*
Infraestruturas				
Administração Portuária	31	29	2	6,9%
EP - Estradas de Portugal, SA	23	17	6	35,3%
Parque Escolar, EPE	37	81	-44	- 54,3%
REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE	28	34	-6	- 17,6%
Outros	45	63	-18	- 28,6%
subtotal	*28*	*28*	-	-
Requalificação Urbana				
subtotal	n.d.	n.d.	-	-
Saúde				
Centro Hospitalar de Lisboa Central, EPE	354	364	-10	- 2,7%
Centro Hospitalar de São João, EPE	72	154	-82	- 53,2%
Centro Hospitalar do Porto, EPE	208	177	31	17,5%
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, EPE	238	236	2	0,8%
Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE	501	478	23	4,8%
Outros	222	253	-31	- 12,3%
subtotal	*250*	*272*	*-22*	*- 8,1%*
Transportes				
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, SA	48	55	-7	- 12,7%
CP - Comboios de Portugal, EPE	266	229	37	16,2%
Metro do Porto, SA	162	173	-11	- 6,4%
Metropolitano de Lisboa, EPE	14	34	-20	- 58,8%
Sociedade Transportes Colectivos do Porto, SA	69	54	15	27,8%
Outros	49	64	-15	- 23,4%
subtotal	*166*	*150*	*16*	*10,7%*
Outros				
ENMC - Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E	14	11	3	27,3%
Outros	25	25	-	-
subtotal	*21*	*22*	*-1*	*- 4,5%*
Empresas Parpública				
Parpública - Participações Públicas, SGPS, SA	75	26	49	188,5%
AdP Águas de Portugal, SGPS, SA	54	52	2	3,8%
Imprensa Nacional Casa da Moeda, SA	59	32	27	84,4%
TAP, SA	n.d.	n.d.	-	-
Outros	32	25	7	28,0%
subtotal	*56*	*41*	*15*	*36,6%*

Fonte: SIRIEF

Nota 1 - Os dados referentes ao sector da *Saúde* são fornecidos pela ACSS. Nas restantes empresas, os dados são remetidos pelas mesmas à DGTF.

Nota 2 - Os "Outros", subtotais e totais são médias ponderadas do sector em causa.

E – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO DO SEE

DR	Data de Publicação	Diploma	Sumário Diário República
SEE			
1.ªS	21-10-2014	Decreto-Lei n.º 155/2014	Cria a IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S. A., e aprova os respetivos estatutos
1.ªS	30-10-2014	Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A	Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, que estabelece o Estatuto do Gestor Público Regional
1.ªS	30-10-2014	Decreto Legislativo Regional n.º 20/2014/A	Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008/A, de 24 de março, que estabelece o regime do setor público empresarial da Região Autónoma dos Açores
1.ªS	06-11-2014	Portaria n.º 227/2014	Define a atividade de compras centralizadas específicas da área da saúde que constituem atribuição da SPMS, E. P. E. - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E.
2ªS C	04-12-2014	Resolução n.º 37/2014	Deliberação do Tribunal de Contas sobre a prestação de Contas de diversas entidades
2ªS C	11-12-2014	Despacho n.º 15013/2014	Aumento de capital dos hospitais, EPE em espécie (conversão dívidas em capital)
1.ªS	16-12-2014	Decreto Legislativo Regional n.º 17/2014/M	Reestrutura o sector público empresarial regional na área da gestão das águas e dos resíduos, mediante a fusão das empresas concessionárias e a criação de um único sistema multimunicipal na Região Autónoma da Madeira
2.ªS 3.ºS	19-12-2014	Despacho n.º 15476-B/2014	Determina o aumento do capital estatutário das entidades públicas empresariais
1.ªS	31-12-2014	Decreto-Lei n.º 191/2014	Estabelece um regime especial de contratação de apoios e incentivos exclusivamente aplicável a grandes projetos de investimento enquadráveis no âmbito das atribuições da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E.
1.ªS 1.ºS	31-12-2014	Lei n.º 82-A/2014	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015
Órgãos Sociais			
2.ªS C	10-10-2014	Despacho n.º 12492/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Hospital Garcia de Orta, E.P.E., o Professor Doutor Fernando José Pires Santana
2.ªS C	10-10-2014	Despacho n.º 12493/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar do Porto, E.P.E., o Dr. Luis Valente Oliveira
2.ªS C	09-10-2014	Despacho n.º 12441/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo da Unidade Local de Saúde do Norte Alentejano, E. P. E., o Dr. Rui Manuel Morganho Semedo
2.ªS C	14-10-2014	Despacho n.º 12561/2014	Nomeação de Nuno Manuel Guerra Carinhas, para o cargo diretor artístico do Teatro Nacional de São João, para o triénio 2013-2015
2.ªS C	23-10-2014	Resolução n.º 30/2014	Nomeia um vogal executivo do conselho de administração do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho, E. P. E.
1.ªS	29-10-2014	Decreto-Lei n.º 160/2014	Estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração da Rede Ferroviária Nacional - REFER, E. P. E., e da EP - Estradas de Portugal, S. A., para efeitos da concretização do processo de fusão das duas empresas
1.ªS	29-10-2014	Decreto-Lei n.º 161/2014	Estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos conselhos de administração do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., da Transtejo - Transportes do Tejo, S. A., e da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S. A., procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio
2ªS C 2ºS	31-10-2014	Despacho n.º 13279-D/2014	Determina a composição do Conselho Nacional para os Combustíveis, órgão estatutário consultivo da Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E. P. E. (ENMC)
2ªS C	06-11-2014	Despacho n.º 13474/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E., o Dr. Adalberto Paulo da Fonseca Mendo
2ªS C	06-11-2014	Despacho n.º 13475/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, E. P. E., o Professor Doutor José Joaquim Nogueira da Rocha
2ªS C	06-11-2014	Despacho n.º 13476/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar do Algarve, E. P. E., o Dr. Sebastião Francisco Seruca Emídio
2ªS C	06-11-2014	Despacho n.º 13477/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo da Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E. P. E., o Dr. Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
2ªS C	06-11-2014	Despacho n.º 13478/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E. P. E., o Professor Doutor Daniel Bessa Fernandes Coelho
2ªS C	06-11-2014	Despacho n.º 13479/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E. P. E., o Dr. António Luís de Azevedo Portela
2ªS C	06-11-2014	Despacho n.º 13480/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca E. P. E., o Dr. António de Almeida
2ªS C	06-11-2014	Despacho n.º 13481/2014	Nomeia, presidente do conselho consultivo do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., a Eng.ª Esmeralda da Silva Santos Dourado
2ªS C	07-11-2014	Despacho n.º 13498/2014	Nomeação Fiscal Único do CH Médio Tejo
2ªS C 2ºS	07-11-2014	Declaração de Retificação n.º 1132-A/2014	Retifica o Despacho n.º 13479/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro - Nomeia presidente do conselho consultivo do Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E. P. E. o Dr. Luís António Silva Duarte Portela
2ªS C	18-11-2014	Resolução n.º 34/2014	Designa o conselho de administração do Teatro Nacional de São João, E.P.E..
2ªS C	01-12-2014	Despacho n.º 14453/2014	Designação do fiscal único efetivo e suplente para a Unidade Local de Saúde do Alto Minho
2ªS C	05-12-2014	Despacho n.º 14750/2014	Nomeação do Fiscal único da OPART, EPE
2.ªS 3.ºS	30-12-2014	Despacho n.º 15747-E/2014	Designação do Diretor Artístico do Teatro Nacional D. Maria II

DR	Data de Publicação	Diploma	Sumário Diário República
Outros			
2.ªS C	09-10-2014	Despacho n.º 12435/2014	Considera caducada a adjudicação provisória da concessão da exploração da atividade da SILOPOR, S. A., no porto de Lisboa, com gestão integrada dos terminais da Trafaria e do Beato, e a exploração do silo do interior de Vale de Figueira, a favor da Empresa de Tráfego e Estiva, S. A., por não cumprimento da condição imposta no n.º 27.2. do Programa de Concurso, e decide a extinção do concurso aberto pelo anúncio de 12 de abril de 2007, publicado no Diário da República n.º 79, 2.ª série, de 23 de abril do mesmo ano
2.ªS C	23-10-2014	Despacho n.º 12919/2014	Garantia Bancária - "EDA POWER V"
1.ªS	24-10-2014	Decreto-Lei n.º 157/2014	No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 46/2014, de 28 de julho, transpõe a Diretiva n.º 2013/36/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, e procede à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, às Leis n.os 25/2008, de 5 de junho, e 28/2009, de 19 de junho, e aos Decretos-Leis n.os 260/94, de 22 de outubro, 72/95, de 15 de abril, 171/95, de 18 de julho, 211/98, de 16 de julho, 357-B/2007 e 357-C/2007, de 31 de outubro, 317/2009, de 30 de outubro, e 40/2014, de 18 de março
2ªS C	27-10-2014	Despacho n.º 13007/2014	Alteração da composição das CN e EP
2ªS C	27-10-2014	Despacho n.º 13008/2014	Alteração da composição das comissões negociação - portos
2ªS C	03-11-2014	Despacho n.º 13284/2014	Homologa a tabela de preços de bilheteira do Teatro Nacional de São Carlos para o ano de 2014/2015
1.ªS	04-11-2014	Portaria n.º 221/2014	Fixa as taxas de terminal devidas pelos serviços prestados pela NAV Portugal, E. P. E., para o ano de 2014 e revoga a Portaria n.º 62/2013, de 12 de fevereiro
2ªS C	04-11-2014	Aviso n.º 12304/2014	Dissolução do Fundo de Garantia para a Titularização de Créditos
2ªS C	11-11-2014	Despacho n.º 13634/2014	Autorização para concessão de garantia pessoal do Estado às obrigações contraídas pela EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, junto do Banco Europeu de Investimento, para financiamento parcial do projecto EPAL II
2ªS C	11-11-2014	Despacho n.º 13635/2014	Nomeação do mestre Ricardo Oliveira Alves Monteiro para exercer funções de consultor de segundo nível da UTAM
2ªS C	12-11-2014	Despacho n.º 13713/2014	Nomeação do licenciado Paulo Jorge de Almeida Toste para exercer funções de consultor de primeiro nível
2ªS C	12-11-2014	Despacho n.º 13838/2014	Nomeação do licenciado Paulo Jorge da Costa Almeida Toste para exercer funções de consultor de primeiro nível
2ªS C	18-11-2014	Portaria n.º 973/2014	BPN - Extensão de Encargos
2ªS C	20-11-2014	Despacho n.º 14056/2014	Autorização para concessão de garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações assumidas pela APL - Administração do Porto de Lisboa, S. A., junto da Caixa Económica Montepio Geral para financiamento do programa de investimentos
2ªS C	21-11-2014	Despacho n.º 14101/2014	Autorização para concessão de garantia pessoal do Estado às obrigações assumidas pela EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S. A., junto do Banco Europeu de Investimento, para financiamento parcial do projeto EPAL III
2ªS C	21-11-2014	Despacho n.º 14102/2014	Fixação das condições aplicáveis aos beneficiários da garantia carteira
2ªS C	21-11-2014	Despacho n.º 14103/2014	Autorização para concessão de garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações assumidas pela sociedade Mercado Abastecedor da Região de Faro, S. A., junto do Banco Europeu de Investimento para financiamento do projeto "Agro Logistics Portugal - Tranche A.1"
2ªS C	21-11-2014	Despacho n.º 14104/2014	Autorização para concessão de garantia pessoal do Estado para cumprimento das obrigações assumidas pela sociedade Mercado Abastecedor da Região de Braga, S. A., junto do Banco Europeu de Investimento para financiamento do projeto "Agro Logistics Portugal - Tranche A.2"
2ªS C	24-11-2014	Despacho n.º 14150/2014	Anula o Despacho n.º 13713/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 219, de 12 de novembro de 2014
2ªS C	05-12-2014	Despacho n.º 14751/2014	Fixação das remunerações relativos à OPART, EPE
2ªS C	16-12-2014	Despacho n.º 15211/2014	Designação da Mestre Rita Mafalda Rebello de Andrade Moura Soares para exercer funções de consultor de segundo nível da UTAM
2ªS C	17-12-2014	Despacho n.º 15292/2014	Homologa a tabela de preços de bilheteira do Teatro Nacional São João, E.P.E
1.ªS 1.ºS	18-12-2014	Resolução do Conselho de Ministros n.º 76-A/2014	Reconhece a necessidade da requisição civil dos trabalhadores das empresas do Grupo TAP em função da greve declarada pela plataforma de sindicatos do Grupo para os dias 27, 28, 29 e 30 de dezembro de 2014
2ªS C	26-12-2014	Despacho n.º 15593/2014	Manutenção da garantia pessoal do Estado - Novo Banco, S. A
2ªS C	26-12-2014	Despacho n.º 15594/2014	Manutenção da garantia pessoal do Estado - Novo Banco, S. A.
2ªS C	26-12-2014	Despacho n.º 15595/2014	Manutenção da garantia pessoal do Estado - Novo Banco, S. A.
1.ªS 1.ºS	26-12-2014	Portaria n.º 277-A/2014	Procede à primeira alteração à Portaria n.º 267-A/2014, de 18 de dezembro
2ªS C	30-12-2014	Despacho n.º 15709/2014	Fixa as prestações unitárias a vigorar em 2014
Privatizações e Reestruturações			
2ªS C	04-11-2014	Despacho n.º 13351/2014	Licença de autorização da empresa WEST SEA
2ªS C	05-11-2014	Aviso (extrato) n.º 12358/2014	Torna pública a deliberação do conselho diretivo do Turismo de Portugal sobre a dissolução do Fundo de Garantia para Titularização de Créditos (FGTC)
1.ªS	11-11-2014	Portaria n.º 231/2014	Aprova o Regulamento Interno do Grupo Hospitalar Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil
1.ªS	05-12-2014	Decreto-Lei n.º 174/2014	Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte público coletivo de superfície de passageiros na cidade de Lisboa, sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A.
1.ªS	05-12-2014	Decreto-Lei n.º 175/2014	Estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, sem prejuízo da manutenção da concessão atribuída ao Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
1.ªS	24-12-2014	Decreto-Lei n.º 181-A/2014	Aprova o processo de reprivatização indireta do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S. A.
2ªS C	26-12-2014	Despacho n.º 15596/2014	CTT - Afetação de Receitas
1.ªS	30-12-2014	Decreto-Lei n.º 188/2014	Procede à extinção do Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do Serviço Nacional de Saúde, criado pelo Decreto-Lei n.º 185/2006, de 12 de setembro